



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PRESIDENTE: EDIR SALES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10-03-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Apresentação audiovisual

**A SRA PRESIDENTE (Edir Sales)** – Sob a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos dessa Audiência Pública, convocada para debater o convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Colégio Liceu Coração de Jesus.

Compõem a Mesa os Srs.: Deputado Estadual Carlos Giannazi, que já foi um excelente Vereador; Professora Luciane Cavalcante, Deputada Federal; Vereadora Silvia da Bancada Feminista; Vereador Professor Toninho Vespoli; o sempre Deputado Federal, Prefeito Marcelo Barbieri – é uma honra recebê-lo aqui. Temos amizade há tantos anos, a gente conhece o ser humano que você é, o caráter que você tem e a competência. Seja bem-vindo. Secretário Adjunto Municipal de Educação, Bruno Lopes Correia.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do *site*: [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), no *link* “Auditórios *on-line*”, do Youtube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para pronunciamento remoto foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo: [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas). Informo que as inscrições para pronunciamento presencial estão abertas, com a Secretaria da Comissão, à direita. Podem se dirigir ao Rafael e ao Fernando, que são da Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Foram convidados para esta audiência: a Secretaria Municipal de Educação, o Secretário está aqui ao nosso lado; Conselho Municipal de Educação; Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDUC - MPSP), confirmada a presença dos promotores Bruno Orsini Simonetti e João Paulo Faustinoni e Silva; Defensoria Pública do Estado de São Paulo, confirmada a presença do Dr. Gustavo Samuel da Silva Santos, Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude; Tribunal de Contas do Município (TCM), confirmada a presença do Dr. Adriano Cremonesi; APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, confirmada a presença de Margarida Prado Genofre; SEDIN - Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da

Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo, confirmada a presença de Sheila Mendes; SINDSEP - Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no município de São Paulo, confirmada a presença de Lira Alli; SINESP - Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, confirmada a presença de Rosana Capputi Borges e Douglas Eduardo Rosa; SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, confirmada a presença de Michele Rosa; Professora Selma Rocha; Coletivo Paulo Freire, confirmada a presença de Olga; Sr. Alexandre Schneider; Professora Lara Elena Ramos Simielli; Professor Fernando Luiz Cássio Silva; Professor Daniel Tojeira Cara; Deputada Luciene Cavalcante, confirmada a presença; Deputado Carlos Giannazi, confirmada a presença e Professora Iracema Santos do Nascimento.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa, os parlamentares presentes, o Secretário Bruno Correia, a Defensoria, o Ministério Público. Podemos ver a importância desse tema, a importância dessa reunião. É uma audiência pública para que possamos discutir os problemas que estão ocorrendo na cidade de São Paulo em relação, na verdade, à privatização da educação pública na cidade São Paulo. Também gostaria de cumprimentar as entidades sindicais representativas dos servidores públicos presentes, principalmente, as entidades da Educação.

Temos feito esse debate – eu até vou pedir para assessoria, se pudesse colocar um quadro, para gente inaugurar essa conversa, com dados. A gente precisa de dados para poder fazer um debate de alto nível, um debate qualificado para que possamos entender o problema. Fomos surpreendidos, no final do ano passado, 2022, com um acordo da Prefeitura de São Paulo com um colégio particular – e, aqui, já inauguro falando que não temos absolutamente nada contra. A gente reconhece a importância do colégio particular em tela, que é o Liceu Coração de Jesus. Um colégio centenário, com uma importância muito grande na cidade de São Paulo, mas a gente está falando da verba pública, de recurso público. Temos que nos atentar a isso.

Nós, como parlamentares, Vereadores da Câmara Municipal, temos essa preocupação da fiscalização do recurso público. Fomos surpreendidos com a assinatura de um termo de fomento no valor de 388.365.075, por mês, que a Prefeitura vai repassar para o colégio particular. Mais 139.442.070, a título de aluguel. Para que? A Prefeitura de São Paulo repassa esse valor para o colégio particular, para educação infantil e para educação do ensino fundamental. Aí, vem a questão: a Constituição Federal – está muito claro, já é pacífico – proíbe o repasse de verba pública para escolas particulares. Verba pública é para escola pública. E o que está acontecendo é transferência de recurso público para escola particular do ensino fundamental.

O que nós temos hoje, na cidade, na verdade, é um crescimento, um aumento exacerbado – nós vamos ver, aqui, nos números – da transferência da educação infantil para CEIs conveniadas. As parcerias que foram feitas na cidade São Paulo – e aí, eu colocarei um adendo: a gente tem essa transferência do recurso público, mas não temos o controle do gasto com essas entidades conveniadas. Muitas vezes, a própria mídia já identificou uma máfia das creches conveniadas, porque não há controle algum. O Tribunal de Contas do Município – também gostaria de saudar, está presente – não há controle, não consegue fazer esse controle. A Câmara Municipal de São Paulo não faz o controle desse recurso público e nem a Controladoria Geral do Município consegue fazer o controle desses gastos, porque os dados vêm em PDF, vêm dados fechados que ninguém, ninguém mesmo... Eu desafio qualquer pessoa da sociedade civil a fazer esse controle.

Não há controle desse gasto público com as entidades parceiras da educação infantil e a gente não pode permitir que isso se expanda para o ensino fundamental. A brecha que foi conseguida para colocar educação infantil foi a pretensa falta de vagas na educação infantil e, aí, a Prefeitura começou a fazer esses convênios. No ensino infantil, a gente não tem notícias de falta de vagas. Então, não há previsão constitucional da transferência de recursos para escola privada no ensino fundamental e, além disso, nós temos também a questão do Fundeb. A transferência de recurso público para escola particular, faz com que a cidade de São Paulo perca

as transferências do Fundeb para cidade de São Paulo. Esse é o problema colocado. Esse processo não foi discutido aqui, na Câmara Municipal; foi um termo de fomento, inovação jurídica que foi feita pelo Prefeito Ricardo Nunes e que abre o precedente muito perigoso.

Aí, volto na questão do Colégio Liceu: não há nada – repito – nada, absolutamente, nada. A questão não é o Liceu; a questão é o colégio particular. Escola privada não pode receber recurso público. Nós debatemos na Comissão de Educação, dentro da Câmara Municipal, várias políticas que estão carentes de recursos públicos: a Educação Inclusiva, a reforma das escolas, a falta de profissionais de AVE, estagiários. Parece que está faltando recurso público para escola pública; então não dá para abrir esse precedente, porque se a gente abrir, contrariando inclusive a Constituição Federal, que já é um limitador, a gente estaria, amanhã, possibilitando que o Prefeito – hoje, o Prefeito Ricardo Nunes, amanhã qualquer outro Prefeito – transfira recurso público para salvar qualquer colégio particular da cidade de São Paulo. Então, isso é muito preocupante.

Vou colocar um rápido dado para que a gente entenda um pouquinho. Estou falando, mas temos os dados. A gente busca, no orçamento, os dados relativos...

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – O orçamento da Secretaria Municipal de Educação para 2022 foi de, aproximadamente, 22 bilhões de reais – então, todos os gastos. A transferência de recursos públicos para rede parceira está na ordem de 21.70%. 21% do orçamento da Educação está destinado à rede parceira. É muito alto. São 4 bilhões e 800 milhões. Nós temos, ali, uma pequena faixa azul, que são os investimentos da construção de novos equipamentos da educação. Há apenas 2.73% de investimentos, sendo que 1.31% são para os CEUS; EMEIs, 070; o CEI Educação Infantil, 058. Isso mostra, claramente, o projeto desse Governo, que é a transferência do recurso público para empresa privada. Não há projeto de investimento para educação infantil e as EMEFs – estamos falando do ensino fundamental – 015%. Somente 32 milhões de reais. Esse é o cenário.

Em 2017, tínhamos 2.6 bilhões de reais destinados a rede parceira, os CEIs

conveniados. Esses que a gente não consegue fiscalizar. O dinheiro vai embora e a gente não consegue, absolutamente, fiscalizar. O próprio Tribunal de Contas do Município, em relatório divulgado, mostra muito claramente que a educação infantil, os CEIs conveniados têm um trabalho, tem um serviço, uma qualidade inferior, mas muito inferior à rede direta, porque há precarização do trabalho. Não há formação, não há jornada de formação, salário baixo. Então, há muitos problemas.

Além disso, nós não conseguimos fiscalizar essas entidades que prestam esse serviço no município de São Paulo. Então, em 2017, nós tínhamos 2.6 bilhões; em 2022, 4.8 bilhões de reais. Daqui a pouco, a gente está dobrando esse valor para rede conveniada. Isso mostra claramente: é um projeto de Governo. Um projeto de transferência de uma responsabilidade, de uma política pública na área de educação para empresa privada; empresa privada sobre a qual nós não temos – repito – nós não temos controle. Não há fiscalização dos órgãos responsáveis por isso na cidade de São Paulo. Por isso, é muito perigoso.

Estamos aqui para ouvir todos. Nós vamos fazer esse debate: ouvir as pessoas, ouvir os órgãos, ouvir os secretários, os parlamentares, a sociedade civil, mas não dá para permitir que a gente rasgue a Constituição Federal e permita essa transferência de recurso público para empresas particulares, empresas privadas.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vou consultar os colegas na Mesa, para que possamos ouvir intercalados: um convidado, um inscrito; em seguida um Vereador e um inscrito; a Mesa e um inscrito, para que todos participem, porque senão estende muito e muita gente, talvez, não possa ficar até o final.

Registro a presença da Vereadora Elaine do Quilombo periférico. Passo a palavra ao representante do Ministério Público, Sr. João Paulo Faustinoni e Silva.

**O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI E SILVA** – Muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar a todos parlamentares, a Comissão de Educação da Câmara São Paulo, a toda sociedade civil presente e dizer que, na verdade, o grupo de Atuação Especial de Educação participa dessa audiência pública, em primeiro lugar, para realizar escuta

da população. Colher mais informações. Nós temos, na verdade, no Ministério Público dois inquéritos civis instaurados sobre esse tema. Um no grupo de atuação Especial de Educação e outro na Promotoria do Patrimônio Público.

De fato, como disse o Vereador Celso Giannazi, nossa preocupação é sempre a fiscalização da ordem constitucional e, portanto, o fortalecimento da escola pública e da destinação de recursos públicos para uma escola que, de fato, tenha gestão pública e toda sua concepção de estrutura como deve ser, previsto na Constituição. Acho importante dizer que a nossa Constituição traz um programa, um projeto de política pública de Estado, que tenta proteger a educação pública de iniciativas, às vezes extravagantes, do momento.

Acho que é importante que nós todos, servidores públicos que somos, tenhamos em vista que esse projeto constitucional é um projeto que tem previsão de planejamento decenal com prioridades do Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação, tem financiamento previsto e tem gestão democrática. A esses três pilares, nós precisamos estar sempre atentos. O Ministério Público, evidentemente, não antecipa as suas conclusões antes de colher todas as informações. Nós já tivemos um contato com a Procuradoria Geral do Município para saber das possibilidades de correção, de mudança dessa iniciativa que foi adotada. E, hoje, nossa presença é para escutar também a sociedade civil, ouvir a posição da Secretaria, dos Parlamentares. Estamos à disposição aí, com a nossa missão constitucional, também. Muito obrigado, pela atenção.

**A SRA PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada, Promotor.

Agora vou chamar um dos inscritos: Sr. Iézio Silva, da Associação Pró Campos Elíseos Melhor.

**O SR. IÉZIO SILVA** – Bom dia a todos.

Estou, hoje, como Presidente da Associação de Moradores de Campos Elíseos. Gostaria de frisar a importância dessa parceria para o nosso bairro. Acredito que muitos que estão aqui, hoje, não conhecem a realidade de Campos Elíseos. Estão, sim, preocupados com a educação, mas não estão preocupados com a qualidade das crianças e dos moradores do

bairro.

Estamos há 20 anos em uma Cracolândia, onde vários colégios fecharam as portas, onde os moradores não tiveram assistência nenhuma e que hoje as crianças do Moinho, do complexo Júlio Prestes, da Favela do Moinho, tenham oportunidade de frequentar um colégio com qualidade, com ensino de qualidade e com um custo muito inferior ao da escola pública. Calcula – uma escola onde colocam 500 alunos – o custo dessa escola e o valor que é pago hoje. Hoje, é garantido, sim, ensino com qualidade. Nós conhecemos o colégio. Como o próprio Vereador disse, é uma escola reconhecida nacionalmente com qualidade. Isso a gente pode garantir.

O nosso objetivo como morador, como representante de todas as associações ali do Centro, é brigar para que essa parceria permaneça e que esses alunos tenham a mesma oportunidade que os alunos de bairros chiques e mais ricos têm, que é um ensino com qualidade e em uma escola reconhecida.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada, lézio. Agora, passamos a palavra ao Vereador Coronel Salles.

**O SR. CORONEL SALLES** – Sras. e Srs., quero dizer a alegria de estar aqui.

É uma responsabilidade fundamental. Eu vejo pessoas que já caminharam em outras jornadas conosco na defesa de uma São Paulo mais justa, mais fraterna, mais segura e com mais educação.

Quero saudar, de maneira muito especial, as famílias dos estudantes que estão aqui, os moradores do Centro de São Paulo que tive a honra de conhecer quando fui Subprefeito do Centro, vejo o lézio, a Sônia, o Lourenço, tantos amigos aqui. Quero cumprimentar, de maneira muito especial, o nosso Secretário Adjunto Bruno Correia; a nossa Presidente Edir Sales; a nossa Diretora de Ensino da Região, Marta Malheiros – também tivemos a honra de trabalhar juntos quando falávamos das calçadas das nossas escolas, dos nossos projetos, do Conselho Tutelar, quantas caminhadas juntos, não é, professora?



Quero saudar, de maneira muito especial, os nossos integrantes do Ministério Público, instituição exemplar no Estado de São Paulo. Eu tive a honra de caminhar ao lado dos senhores também, quando fui Comandante Geral da Polícia Militar, em especial com outro grupo de atenção, que era o da Eco, onde conseguimos resultados espetaculares. E devemos muito ao Ministério Público, que é o nosso fiscal da lei. Eu não sabia que o MP viria; para nós, é uma tranquilidade, porque é essa função de fiscalizar e de escuta – achei muito interessante, Dr., quando o senhor falou isso e com toda a pujança e o preparo dos nossos integrantes do MP Paulista.

Caro Giannazi, professor, companheiro também. Nós temos mais convergências do que divergências, mas a nossa maior convergência é o interesse público, é a supremacia do interesse público. Então, é uma alegria revê-lo, Deputado.

Bom, eu ouvi de maneira muito atenta o nosso colega, integrante da Comissão, Vereador Celso Giannazi. Eu estou há um mês como Vereador, então recorro muito ao Celso e ele me ensina o rito, as peculiaridades do Parlamento e sou muito grato. Eu acho que a tônica, a palavra de ordem, é “respeito”. Quando colocamos as nossas ações com essa base, com esse supedâneo chamado “respeito”, vamos muito longe. Por vezes, podemos não concordar; por vezes, podemos divergir, mas temos que respeitar.

Falo isso com algumas preocupações, quando ouço o nosso Vereador Celso – que tem uma experiência gigantesca no tema – falar da ausência de controle do numerário de 4.8 bilhões de recurso público, que foram destinados para as conveniadas e parceiras. Ao mesmo tempo, eu comemoro o numerário e, ao mesmo tempo, me preocupa demais essa afirmação de não haver controle, controle total. O melhor detergente em 38 anos de vida pública, eu aprendi que é a luz do sol, transparência total. Se não há controle, que façamos auditorias – temos, aqui, o Dr. Adriano do Tribunal de Contas. Esse tipo de inconsistência não pode haver, que a gente peça e convide a Secretaria para vir explicar. Então, isso é fundamental, isso é princípio, transparência total, controle total. E a nossa missão, uma das premissas, é justamente o controle, a fiscalização do trabalho do Poder Executivo.

Em cima disso, até falava há pouco com a nossa Presidente, com a nossa integrante do Sindicato: iremos, com o Senador Suplicy, visitar o CEU Três Pontes, que foi propalado, estão com um problema sério lá de gás. Foi aprovada, na Comissão, uma visita nossa – iremos lá visitar o CEU, escutar aquelas mães, olhar o que está sendo feito.

Outra preocupação com relação aos equipamentos – que foi trazida na última reunião da Comissão: equipamentos que não foram instalados. Vamos na Prodam, vamos perguntar por que não foram. Há equipamento em caixa, não é possível isso. Está ocorrendo isso, então, também sugiro, Presidente, que se chame a Prodam e converse: onde está esse equipamento; por que não foi instalado; a empresa que foi contratada para isso. Vamos fazer um sancionatório nela, vamos cobrar – não é possível, dinheiro público.

Ouvi muito atentamente as palavras daqueles que nos antecederam e também acho que a questão não é o Liceu. Temos o Padre Marco Biaggi, que tive a honra de conhecer no Centro, como o Padre Baron Tunasse, como o Padre Enis, na São Gonçalo, como o Frei Mário, no Largo São Francisco, a Igreja que tanto nos ajuda. A questão não é o Liceu, a questão não é a Prefeitura; a questão são as nossas crianças. Um bairro depauperado por uma ausência do Estado gigantesca. Do Estado em seus três entes, a União, o Estado e o município. Vamos lá olhar. Quando você põe o pé lá e vê a satisfação daquelas crianças na escola, é maravilhoso. As matrículas abriram no dia 18 de janeiro; em uma semana, encerraram.

Já há um convênio com a Educação Infantil e agora com a Educação Fundamental, em uma transformação daquela instalação em uma escola municipal, onde as crianças não pagam. Não é particular, as crianças não pagam, mas eu volto a falar, se houver algum descompasso legal, nós temos que olhar. Nós não temos compromisso com o erro, mas eu quero dar o testemunho de que eu estive lá no dia – salvo engano, 19 de agosto – com o Secretário Padula e com o Prefeito, quando eu ainda era Subprefeito do Centro: crianças chorando, pais aflitos.

Então, vamos verificar os critérios de georreferenciamento, se realmente foram observados. Nós, servidores públicos, como bem disse o nosso Promotor de Justiça, a todo o

cidadão é uma faculdade observar determinadas conveniências sociais. A nós, servidores, não é faculdade, é obrigação. Então, se houver algum descompasso, nós temos que ir com todo o olhar, acompanhar com uma lupa, porém nós temos de pensar naquelas crianças. Estamos trocando o pneu com o carro andando.

Então, é esse o retrato. Presidente, perdoe-me por ter me alongado, mas eu precisava dar esse depoimento; agora, como Vereador, mas como olhei é como munícipe e como Subprefeito do Centro.

Temos que cumprir a lei, temos que prestigiar o serviço público, que precisa de aperfeiçoamento, sim; precisa de concurso, sim; precisa de amparo, sim; mas também nós temos que olhar o 205 e 808 da Constituição Federal. Nós temos que socorrer, nós temos que garantir a educação de nossas crianças.

Peço perdão por ter me alongado, Presidente.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Tudo bem, Vereador. V.Exa. falou muito bem.

Tem a palavra o Sr. Gustavo Samuel da Silva Santos, coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, de forma *on-line*.

**O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS** – Bom dia a todas, a todos, a todes.

Uma questão que aprendi com algumas adolescentes em um congresso, em Goiás: faço a minha autodescrição. Eu estou *on-line*, com um fone de ouvido, sou uma pessoa branca, tenho cabelos negros, estou com uma camisa azul e tenho uma barba que está por fazer há alguns dias já.

Primeiro, eu queria saudar a todos. Acho muito importante essas audiências públicas que, de forma muito recorrente, tanto o Deputado Estadual quanto o Vereador Giannazi chamam sempre e convidam a Defensoria. Nós ficamos muito honrados por esse convite, acho que é essencial a participação popular para participar temas de envergadura como essa. Concordo que talvez a questão não seja especificamente o Liceu, mas o uso de recursos públicos na rede

privada. A gente tem que pensar com muita cautela como utilizar os recursos públicos que, pelo menos em nível municipal, são escassos para garantia do máximo de direitos das crianças e adolescentes, com a prioridade absoluta e garantindo também que essas crianças tenham acesso à direitos públicos e serviços construídos de maneira que respeitem a diversidade, a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, a diversidade de identidade, as suas histórias, a sua raça, a sua etnia. E me preocupa muito quando são delegadas algumas funções, especificamente na educação e na assistência social, a entidades de terceiro setor.

Sobre o Liceu, eu acho que seria muito leviano o Núcleo da Infância e Juventude fazer alguma manifestação. Nós lemos o contrato, os documentos da Prefeitura e do Liceu, mas não temos ainda uma opinião fechada sobre o tema. Entretanto, eu queria ressaltar, de novo, a necessidade de sempre ter controle sobre os gastos públicos e a necessidade de que aquilo que se produz publicamente sobre o que é papel da educação; e destaco, de novo, a necessidade de garantir a necessidade do pensamento e da própria identidade, que sejam respeitadas nesses contratos.

Talvez eu não fique até o final porque eu tenho uma audiência às 13h, mas vou acompanhando por aqui a manifestação de todos.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada. Tem a palavra a Sra. Sônia Domingues, da Associação Geral do Centro.

**A SRA. SÔNIA DOMINGUES** – Bom dia a todos, a Mesa, os presentes e os participantes *on-line*. Represento a Associação Geral do Centro e sou moradora do Complexo Júlio Prestes, em Campos Elíseos, onde fica a escola Liceu, sobra a qual vou falar.

O Liceu é uma escola centenária, como todos sabem – há 137 anos. No ano passado, em agosto, recebemos a informação de que ele iria fechar e foi muito apavorante para todo mundo. Por quê? Uma escola daquele tamanho, que ocupa uma quadra inteira, vazia, em uma região como a que nós estamos, carente de tudo, de segurança, de educação? Quem conhece sabe do que estou falando. Então, nós ficamos apavorados.

O nosso Prefeito Ricardo Nunes fez uma parceria com a escola e negociou 500 vagas para crianças carentes que moram na região. Uma das atribuições seria que as crianças morassem por ali, ao redor, que é um bairro carente. Eu vou falar um pouco dessa parceria. Para essas 500 vagas, foram 250 para o Ensino Infantil e 250 para o Ensino Fundamental. Foram R\$388.000,00 pagos para essas 500 vagas e R\$ 139.400,00 para ajuda de custo do aluguel.

E ontem, nos pegou outra questão que muito nos apavorou, tanto no Complexo, como no bairro inteiro, que estaria sendo cogitado um corte, que essa parceria não seria válida. Mas agora entendi melhor, que o Ministério Público inclusive está fazendo uma fiscalização e tal. Está certo, nós também não gostamos do que está errado. Porém, essas crianças precisam, sim, de educação. É muito importante que essas crianças tenham uma educação. E não desfazendo as escolas públicas, porque também há uma verba destinada a elas.

E não é só pelo fato de morarmos ali ao redor, de ser um bairro carente, mas pelo fato da arquitetura da escola. Ali, é um patrimônio público importante, que não pode ser fechado. Se um dia ele for fechado, o que vai acontecer? Ou será algum projeto absurdo da Prefeitura ou será o quê? Albergue? Ele vai ser invadido, vai ser depredado? Mais um monumento nosso, mais um patrimônio nosso, sendo jogado às traças?

Temos que combater outras coisas. Existem projetos que os moradores não aceitam aqui, porque não há retorno, é o nosso erário que vai embora sem retorno. Agora, para a educação, há retorno. A educação tem retorno e deve ser priorizada. A educação não pode ser atacada dessa forma, outras coisas que têm que ser atacadas. São Paulo sofre, São Paulo está se degradando, agora a educação não pode ser atacada.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Obrigada. Tem a palavra a Vereadora Silvia, Professora Silvia.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Obrigada, Presidenta Edir. Queria cumprimentar todas e todos os Vereadores da Comissão de Educação, apesar de eu não ser desta Comissão, mas sou professora da rede pública municipal e esse debate eu faço desde que

me entendo por pessoa que atua na área da educação, sobre a questão das verbas públicas e o destino dessas verbas para a educação pública.

No caso do Liceu, eu acredito que há, sim, uma irregularidade. Quando apontamos irregularidade, nós não estamos debatendo, de forma alguma, educação de qualidade, porque eu acho que todo mundo quer educação pública de qualidade para todas, todos, na nossa cidade, para as nossas crianças, para os nossos adolescentes. Não é isso que está em debate.

A questão é que as verbas que são do município têm que ser destinadas para a rede municipal de ensino, que é a questão do ensino fundamental. Hoje, já temos verbas públicas do município sendo destinada para os convênios da educação infantil. Por quê? Quando foram firmados esses convênios, o grande argumento era de que não existiam vagas suficientes na rede pública.

No caso do ensino fundamental, não existe ausência de vagas na rede pública municipal que justifique uma destinação de verbas do município para entidades particulares. Não existe essa justificativa. Então, essa parceria entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Educação e o Liceu, que é uma entidade privada...

E aí, o que caracteriza uma entidade privada não é se os estudantes, os alunos, pagam ou não mensalidade, não é isso que caracteriza uma entidade privada, porque há muitas entidades privadas que são beneficentes, que são filantrópicas, que não cobram mensalidade; o que caracteriza uma entidade privada é que ela não seja gerida pela rede pública municipal.

Então o que nós temos, neste caso, do meu ponto de vista, colocando o que está posto na nossa Constituição Federal, é de que não se pode ter uma destinação de verba municipal para uma rede privada para ensino fundamental.

Sendo assim, o que nós consideramos? O nosso mandato entrou com uma representação do Ministério Público colocando a seguinte questão: hoje já existem estudantes matriculados. Nós queremos achar uma solução para isso, não é simplesmente fechar o Liceu – ninguém quer fechar nada. O que queremos é garantir que aquilo ali seja de fato público. E o que nós levamos para o Ministério Público é a proposta de municipalização do Liceu (Palmas)

para garantir que aquelas crianças, que aqueles adolescentes, não percam aquela educação, que não percamos aquela escola, mas que aquela escola seja gerida pela rede municipal de educação.

E eu gostaria muito de ouvir se essa proposta é viável. Gostaria de ouvir tanto por parte do Ministério Público quanto por parte do próprio Secretário-Adjunto, que está conosco – o Bruno – se essa proposta é viável.

Eu tenho notícias de que já existiam processos semelhantes de municipalização no município de São Paulo; e que aquilo passe de fato a ser uma escola pública gerida com dinheiro público, mas pelos profissionais da rede pública municipal.

Muito obrigada, Presidenta. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Com a palavra, o Tribunal de Contas, que está sendo representado pelo Dr. Adriano Cremonesi.

**O SR. ADRIANO CREMONESI** – Bom dia a todos.

Eu só queria realmente agradecer o convite, que eu faço na pessoa da Presidente, e na presença do Secretário.

Gostaria de dizer que o Tribunal de Contas está à disposição desta Casa para assessorá-los no que for preciso. Queria realmente agradecer. Estamos aqui mais como ouvintes também, a exemplo do nosso amigo do *parquet*.

Agradeço a todos. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada, Adriano.

Agora vamos dar a palavra, por três minutos, à Rosana Capputi Borges, do Sinesp.

**A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES** – Cumprimento a Mesa. Dou o meu bom dia a todas as pessoas presentes e remotamente.

Eu quero dizer que o meu sindicato – que é um sindicato que representa os diretores, os gestores educacionais da rede municipal de ensino – é contrário ao “convenimento” com o colégio Liceu, com todo o nosso respeito aos fundadores, à história e aos moradores.

Nós também representamos ao Ministério Público e propusemos a anulação do

contrato. E eu digo por quê.

Além de o projeto ser inconstitucional, é ilegal e creio que ninguém quer fazer algo ilegal, não é mesmo? Porque a determinação é que o recurso público seja utilizado para escola pública. Portanto, nós temos também, além do Fundeb... que, se essas crianças forem para lá, nós vamos perder recursos públicos. E a Prefeitura vai ter que pegar esse dinheiro e tirar de outro lugar para utilizar. Esse é o primeiro ponto: ele é ilegal.

Agora vamos lá. Foi dito que há preocupação quanto à qualidade e há preocupação com as crianças. Eu gostei muito da sua fala, Vereador Coronel, e eu espero que o senhor conheça a nossa realidade.

Primeiro: esse projeto de “conveniamiento” mostra a forte tendência do Governo Municipal de terceirizar os nossos recursos públicos e a gestão da educação. Ele é mais um passo para tentar passar o PL 573/21, que quer terceirizar escolas, que também foi colocado aqui à toque de caixa, com todo o respeito à Vereadora proponente, mas que não passou por conta das suas ilegalidades e da forte pressão da sociedade e especialistas.

Agora eu vou dizer uma coisa: o sindicato está passando pelas 13 diretorias regionais. Eu gostaria muito de convidá-los para conhecer a realidade das escolas, já que vocês estão pensando nas crianças, como nós.

Eu já vou encerrar, mas eu preciso falar duas coisas importantes; principalmente, pela fala do Coronel, do Vereador.

Nossas escolas precisam de investimento decente, profissionais suficientes, quadros de apoio suficientes e políticas públicas que se preocupem com as nossas crianças. Se o problema do Governo, da escola, do colégio, é a violência, que aumentou, são os usuários da Cracolândia, como foi dito, então que a Prefeitura, o Prefeito, pense políticas públicas para inibir a degradação da cidade. Entendeu? E não colocar as nossas crianças lá, em uma área que, como todo mundo já disse, está degradada, é violenta.

E aí, sim, eu vou dizer mais uma coisa: um dossiê para os Vereadores novos, ou para os Vereadores preocupados com a qualidade da educação, com as crianças, com o local e



com a Prefeitura.

Para aqueles que estão preocupados, eu finalizado da seguinte forma: que leiam o documento feito por esta Casa no ano de 2020, que é o dossiê crise da educação, que já tratava dos problemas antes da pandemia, os quais ainda não foram cuidados.

Estamos na presença do Vereador Celso, do Vereador Suplicy, do Toninho Vespoli. E, ainda assim, o retrato feito da rede pelas escolas públicas desta cidade. Lá, sim, apresenta os problemas, e o caminho para uma escola de qualidade.

Obrigada, gente. (Palmas)

**O SR. CORONEL SALLES** – Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Pela ordem, Vereador.

**O SR. CORONEL SALLES** – É somente para acrescentar. Concordei com muitas que a senhora falou.

Eu, apesar de estar na reserva, sou servidor; há 38 anos que eu sou servidor público. E o servidor público é um tesouro no Estado brasileiro. A pandemia nos ensinou, de maneira muito gravosa, o quão importante é o servidor público – na linha de frente, como nós falávamos, naquela época tão difícil que o Brasil viveu.

Então, eu preciso deixar clara a nossa admiração e o nosso respeito por ser filho de servidor público e de ser servidor público. Só isso, professor.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Agora, vou chamar o Deputado Carlos Giannazi.

**O SR. CARLOS GIANNAZI** – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa, na pessoa da Vereadora Edir Sales; os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Executivo, os nossos colegas do magistério municipal, as entidades representativas dos profissionais da educação.

Primeiro, quero dizer que nós temos dois escândalos: um que o Vereador Celso Giannazi mostrou, nos gráficos, com os números, que antecedem até esse debate da entrega do Liceu para a rede municipal de ensino que, na verdade, é uma privatização, a entrega de

dinheiro público, do setor público para o setor privado.

Mas o primeiro escândalo que a gente tem que notar é essa transferência de quase 5 bilhões de reais do orçamento da educação pública da maior cidade da América Latina para as creches conveniadas. E todos sabem da máfia que existe por trás de uma boa parte dessas creches – não todas. Inclusive, esse tema é investigado, minha gente, pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Civil de São Paulo, pelo Ministério Público Estadual, pela Câmara Municipal: a máfia das creches da cidade de São Paulo que tem um orçamento bilionário, talvez, superior à transferência que é feita para as empresas de ônibus do Estado de São Paulo, que é outra máfia organizada na nossa cidade. Isso já é um escândalo.

Privatizaram a educação infantil da cidade de São Paulo, quase 5 bilhões de transferência por esses grupos, essas creches que são controladas por mantenedoras que, por sua vez, são controladas por Vereadores, Deputados, partidos políticos, e, até mesmo, pelo crime organizado. Todo mundo sabe disso.

Mas, não contente com essa situação, o Prefeito Ricardo Nunes vai avançar o sinal. Ele vai entregar, agora, o ensino fundamental. Olhe a gravidade da situação. Ele está abrindo a porteira do inferno para entregar o ensino fundamental, a maior rede municipal do nosso Brasil, uma das melhores será entregue para os empresários, capital privado, para os privatistas, os mercadores da educação. É disso que se trata.

Nada contra o Liceu. As crianças da região devem ter as suas vagas garantidas, o acesso garantido à educação, mas têm outras possibilidades. Na verdade, São Paulo está virando o grande laboratório das privatizações, das terceirizações.

Concluindo: começou com as creches, e, agora, esse famigerado projeto que tramita na Câmara Municipal e que procura também entregar as nossas escolas para o setor privado, essa experiência do Liceu. Isso é grave. Tenho certeza de que o Ministério Público tomará as atitudes, a Defensoria Pública e a Câmara Municipal, porque nós não vamos permitir. Além de ser inconstitucional.

Eu falo não só como Deputado Estadual, fui Vereador durante dois mandatos,

membro da Comissão de Educação e sou Diretor de Escola da rede municipal, integrante da rede municipal desde 1985. Conheço a nossa rede municipal com profundidade porque até hoje milito nela, mesmo sendo Deputado Estadual, e sei das deficiências.

Se o Governo tem, realmente, compromisso com a educação, ele deve se preocupar com as escolas da rede municipal das periferias que estão degradadas, sucateadas. O Vereador Celso Giannazi colocou muito bem: enquanto o Governo canaliza quase 5 bilhões para as creches conveniadas, canaliza apenas 605 milhões para construção de novos equipamentos. Está dado, gente. É uma política de privatização, terceirização, sem nenhum compromisso com a escola pública de qualidade.

Esse é o nosso posicionamento. Estaremos fazendo tudo o que é possível e impossível para que esse processo não se consolide na nossa rede municipal. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Representando o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, a professora Margarida Prado.

**A SRA. MARGARIDA PRADO** – Bom dia a todos os componentes da mesa, todas as pessoas que compareceram e aqueles que estão nos acompanhando pela internet.

Sou Margarida, professora, milito na rede municipal; o Giannazi mencionou 1985, quando eu já estava mais adiantada na carreira, porque sou de 1969, primeiro concurso público da Prefeitura. Defendo, sim, escola pública de qualidade.

Não sou contra o Liceu, nem escolas particulares. O que sou contra é o desrespeito à Constituição de repassar verbas públicas para entidades privadas – e isso se tornou uma prática muito grande nesta cidade. Em vez de investir na educação pública de qualidade, com o orçamento que esta cidade tem, que não é pequeno, o investimento a cada dia diminui, se aumenta o investimento na privatização. É isso que está errado, quando se tem disponibilidade de vagas na rede pública e quer pagar para que uma escola que esteja em dificuldades não sucumba às suas dificuldades financeiras.

Empresa é para ter lucro, sim. Eu entendo: todas têm que ter lucro, é a regra do mercado. Se não tiver lucro, paciência. É a regra do jogo. Se é particular, tem que lutar para ter

seus alunos pagantes.

Vamos trabalhar oferecendo escola pública, gerenciada por servidor público concursado, que é aquele que não tem rabo preso com ninguém, que estudou para passar em um concurso e que tem uma responsabilidade com verba pública que outros não têm. (Palmas)

Por isso, a gente vê que ninguém consegue – segundo foi colocado – fiscalizar as conveniadas; não se consegue fiscalizar nada que seja repassado a terceiros.

Quando, na escola pública, a gente recebe alguma verba, temos um controle rigoroso, e é assim que tem que ser. É tanto carimbo, tanta gente que confere, mas é assim que tem que ser gasto com responsabilidade e comprovado. Se estiver errado, esse servidor responde com o seu próprio cargo.

É por isso que nós defendemos escola pública. Não somos contra as crianças, contra os moradores de qualquer região desta cidade. Nós queremos escola boa, pública, laica, de qualidade para todos indistintamente – e nós temos essas vagas.

Só mais um adendo: das construções que estão fazendo na cidade, boa parte, a própria Secretaria Municipal de Educação destina ao conveniamento, em vez de colocar equipamento público, destinando prédios novinhos para o conveniamento. Está tudo errado. A Constituição está sendo rasgada.

Eu agradeço e conluo. Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vamos chamar o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Querida Presidente Edir Sales, estou aprendendo muito com... estão me ouvindo?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Tenho que falar mais perto aqui do microfone.

Eu acho que foi muito importante a iniciativa do Vereador Celso Giannazi de propor um diálogo a respeito desse assunto, porque eu mesmo não conhecia todos os detalhes relativos

à história do Liceu Coração de Jesus.

Recebi hoje a visita dos administradores, diretores: Alexandre Silva, Claudia Santos e Pedro Barreto, que estão presentes, até eu gostaria que pudessem se inscrever para dar esclarecimentos sobre tantas coisas que foram faladas.

Queria, primeiro, transmitir uma preocupação com a senhora que falou: “será que não deveria haver lá, naquele prédio, vagas para as crianças do bairro?”. Primeiro, eu quero dizer que inclusive para a resolução do problema tão sério da Cracolândia, que haja lá uma excelente escola, e possivelmente não apenas com 500 vagas, porque eu aprendi que lá no Liceu Coração de Jesus já houve 2 mil vagas funcionando.

Então, quem sabe possa, o Governo municipal, até, como parte da solução dos problemas da Cracolândia, inclusive conhecendo... sabem que as Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa constituíram um grupo de trabalho que, ao longo desse último ano e vai continuar agora, tem ouvido os moradores, os comerciantes. Estivemos lá conversando com as pessoas que tem drogadição. Preocupamo-nos também com a questão do respeito aos direitos humanos, de não haver violência contra os moradores em situação de rua e tal, e estamos em meio ao trabalho de verificar que soluções melhores e nada como ter ótima escola lá, para que todas aquelas crianças e adolescentes possam estudar.

Eu acho que é muito importante que o Ministério Público e a Defensoria Pública estejam verificando se está tudo regular com a aplicação desses recursos e é muito importante, que vamos ouvir hoje, que a Secretaria Municipal de Educação possa, Secretário Adjunto Bruno, responder a essa questão. Será que convém municipalizar o Liceu ou aperfeiçoar esse convênio e, mesmo assim, verificando se pode ou não ser feito isso em vista da limitação registrada na Constituição, apontada pelo Vereador Celso Giannazi.

Muito obrigado, Presidenta Edir Sales.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada, Suplicy, Senador, Deputado, Vereador.

Com a palavra, Sheila, do Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação

Infantil da Rede Direta e Autárquica do município de São Paulo.

**A SRA. SHEILA MENDES** – Bom dia a todos e todas. Bom dia à Mesa. Obrigada por essa abertura, para a gente poder dizer das nossas realidades. É bom que todos escutem.

Eu sou Sheila, professora da rede pública há 20 anos e estou na diretoria do Sedin, o Sindicato dos Educadores da Infância do município de São Paulo.

Eu quero começar dizendo aos representantes dos moradores do Campos Elíseos que a nossa rede pública é de excelência. É de excelência. Inclusive visitada por vários Prefeitos, por vários Secretários de Educação dos Estados, de outras cidades, inclusive nesta semana. Tivemos a visita do Secretário de Educação de Porto Alegre, para vir conhecer o nosso trabalho, a nossa rede pública, que é de excelência. Os nossos documentos, o nosso currículo, o nosso trabalho, a nossa formação é de excelência.

Por isso a gente não perde nada para a escola particular, nada. Isso é uma das coisas que eu gostaria de deixar claro a vocês, que estão representando os moradores.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SHEILA MENDES** – O senhor disse, sim.

O Sedin vem questionar a partir de qual levantamento, de qual pesquisa, foi feita para dizer que nós não temos vagas nas EMEIs, para colocar 250 crianças no Liceu. É só levantar os dados da Prefeitura. Nós não temos e vocês mesmos dizem isso, SME, a Prefeitura, diz que não há déficit de vaga para as EMEIs. Então há alguma controvérsia aí. Por que essas crianças das EMEIs estão indo para o Liceu? E do fundamental, muitos já disseram, eu só reforço, a questão da legislação.

O que vemos é só o favorecimento ao setor privado, algo que nós já discutimos nesta Casa, e discutimos muito, de que forma as nossas crianças serão atendidas nesse espaço. Será que é do mesmo jeito que as crianças que pagavam a escola serão atendidas? Será?

Nossas unidades escolares, apesar de tanta verba que a nossa Prefeitura recebeu no último ano, tanto dinheiro que entrou, as nossas escolas ainda têm diretores que têm que tirar do bolso o dinheiro para comprar luva para as professoras trabalharem nas unidades escolares.

Está certo? Aí, a gente vê verba pública indo para o setor privado, para uma escola privada.

Sobre o representante, eu já disse. Já disse também sobre a visita de outros Secretários de Educação na nossa rede. Eles não vão visitar as redes particulares. Eles vão visitar a rede municipal de ensino, que é de excelência. Que é de excelência.

É isso. Nós defendemos a municipalização, verba pública para escola pública. E a fiscalização, é exatamente o que o senhor disse, Vereador, e que o Vereador Celso Giannazi também disse. Falta fiscalização. Da mesma forma que as crianças que moram naquela região da Cracolândia têm o direito de uma escola pública de qualidade, e não asfaltam. Porque temos escolas ali de qualidade e pública.

As nossas crianças, na periferia, também sofrem com violência, também sofrem tudo o que as crianças da Cracolândia também sofrem. E nem por isso nós vamos sair dando dinheiro particulares que estão na periferia. Espera aí, que jogo nós vamos jogar? Nós vamos defender a escola pública, a verba pública, apesar de sabermos qual é a lógica desse Governo. Já sabíamos quando o nosso Prefeito era Vereador, ele nunca escondeu qual foi a lógica e qual era a lógica de trabalho dele, no microfone ele já disse várias vezes.

E nós não vamos deixar de defender a escola pública, a verba pública na escola pública.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – O próximo inscrito é o Professor Ivan Ferreira, da Caravana da Educação.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Meu tempo não está contando, não?

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Já pode começar a falar, Ivan.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Não, estou esperando a discussão. É falta de respeito com a diretora do sindicato.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Pode começar a falar. Três minutos para você, a partir de agora.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Certo.

Eu sou Ivan, da Movimento Caravana da Educação. O Movimento Caravana da Educação – que é inclusive a camiseta que eu estou vestindo, para quem não conhece – é composto por pessoas do chão da escola, sabe, Presidente? O quadro de apoio que está lá esquecido, que não tem uma carreira; agente escolar; professores como eu; pessoas da gestão também.

Nós defendemos um legado que, para nós, é muito caro, que é o legado de Florestan Fernandes, o legado da Prof<sup>a</sup>. Lisete Arelaro, com quem eu tive a oportunidade e o privilégio de fazer parte do grupo de pesquisa até a hora da morte dela, e ela é uma professora que sempre nos ensinou. Todo mundo que teve aula com a Prof<sup>a</sup>. Lisete aqui, ou de movimento social, e conhece quem em estou falando, sabe muito bem o que que é. É verba pública para escola pública. Verba pública para escola pública.

A Constituição de 1988 permite esse desvio para a escola privada? Em algumas condições permite, mas Florestan Fernandes, como foi bem-dito, que tudo fica registrado, está lá o voto dele, ele não defendeu isso. Nós fomos derrotados na Constituição – não é, Suplicy? – , porque nós defendíamos verba pública para escola pública; toda verba pública para escola pública.

Olha o que a gente já está vendo: cinco bilhões de reais por ano sendo desviado para empresários da educação. E o caso do Liceu, gente, é um dos mais vergonhosos da atualidade porque, além do desvio na matrícula, eles estão cobrando 140 mil por mês para alugar um espaço que já é deles, gente. Que negócio vergonhoso é esse? Cento e quarenta mil reais por mês, por mês, só para roubar um dinheiro que deveria estar indo para as nossas crianças nas periferias, como foi bem-dito. É uma vergonha, isso.

Eu estou vendo gente da sociedade civil vir defender. Eu não sei se a pessoa está mal informada ou se é como a gente chama na gíria, “aspone”, que vem aqui, tem que fazer fala, tem que bater palma para o Governo para defender uma proposta absurda dessa, uma proposta absurda dessa.

Eu sou professor de educação infantil, sabe, Coronel Vereador Salles? Eu sou



professor de educação infantil lá na DRE Campo Limpo, na EMEI Clarice Lispector. A gente sabe muito bem como é que é a condição. A escola pública, ela garante a qualidade para o povo paulistano. É uma, como foi bem mencionado pela diretora do Sedin, ela uma rede de referência. Vêm pessoas de outros países aqui para conhecer a nossa realidade, nossos currículos. A defesa que a gente faz, seja das instruções normativas, o debate com a Secretaria...

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Para concluir, por favor, Ivan.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Vou concluindo, Edir.

O debate com a Secretaria é muito importante. Como foi mantido, a gente mantém o respeito mesmo divergindo assim, ó, enormemente. E aí eu vou trazer, para concluir, o debate que a gente fez na última audiência pública justamente dessa comissão, que nós fizemos aqui, muita gente não estava, mas estava...

O que que é? Está o Adriano, representando o Tribunal de Contas do Município. No debate do 27 de novembro sobre o orçamento 2023, que foi a última vez que o Fernando Padula, Secretário de Educação atual, esteve nesta Casa, foram entregues dois relatórios do Tribunal de Contas do Município, certo, Adriano?

E o que constava nesses dois relatórios? Que em 2021, a Prefeitura não executou o mínimo do orçamento para Educação. Ou seja, executou 22,8; faltou mais de 2%. Isso, em um orçamento de 60 e poucos bilhões, que era de 2021, dá mais de bilhão de reais que não foi executado. Em 27 de novembro, o Fernando Padula teve conhecimento, pelo menos publicamente, que até o final daquele ano, ou seja, até final do ano passado, do dia 27 de novembro, ele tinha que executar cinco bilhões. Ou seja, a Secretaria Municipal de Educação não cumpriu o mínimo do orçamento em 2021, não cumpriu o mínimo do orçamento em 2022 e em 2023 a gente está vendo pegar o orçamento que é da Educação e roubarem, roubarem, desviarem para escolas de fundo privado, que têm o interesse de lucro.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Conclua.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Vou concluir.

Mais uma vez, Prof<sup>a</sup>. Edir Sales, a gente vem aqui, o Movimento Caravana da

Educação, defender um legado que não começou agora, é uma luta que já existe desde os tempos da ditadura militar e que a Constituição outorgou. Então, assim, Florestan Fernandes, Prof<sup>a</sup>. Lisete Arelaro, educação pública tem que ter todo o destino da verba pública.

Onde já se viu virem aqui, na cara larga, defender 140 mil reais de aluguel para o espaço que já é deles? Como que a Prefeitura aceita isso? Está lá no *Diário Oficial*. Assim, estamos na luta, isso não vai acontecer. Nós vamos fazer que nem com o EMEI Jardim Maria Luiza, que o Ministério Público comprovou que tinha 80 mil reais de aluguel e 50 mil era para a pessoa e um laranja ficava 30 mil reais por mês, todo mês, no bolso. Então, assim, foi obrigado, o Ministério Público mandou devolver o dinheiro inclusive retroativo. E é isso que nós vamos fazer com essa verba do Liceu.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Agora, inscrita *on-line*, Prof<sup>a</sup>. Roseli Cipriano, que é agente escolar. Está aí a Roseli? Caiu a Roseli? Derrubaram a Roseli? (Pausa). Não está a Roseli. Bom, então, agora eu passo. Eu vou chamando uma vez só, depois eu não posso voltar. Agora, vamos chamar o Vereador Nunes Peixeiro.

**O SR. NUNES PEIXEIRO** – Bom dia a todos.

Cumprimento os nobres Vereadores, nosso Secretário, membros do Ministério Público e a todos os presentes.

Eu tenho ouvido atentamente as discussões e eu tenho observado, primeiramente, que não se trata de pagamento de vagas na unidade. Eu estive analisando e passei a entender que nós temos que defender o ensino público de qualidade e que, se necessário for, transformar o Liceu em uma escola pública. Se esse for o melhor caminho, nós vamos defender isso.

Porém, eu defendo o atual convênio pensando nas crianças, são 500 crianças, que a procura foi tão grande que as vagas esgotaram em apenas uma semana. Então, assim, se houve essa procura tão grande é porque há necessidade. E nós entendemos que foi criado... foi um fomento criado nos moldes, hoje, que é das creches.

Porém foram citados alguns números, números elevados de valores. Porém,

anteriormente, nós tínhamos um déficit nas creches de 120 mil crianças foras das creches. Hoje, na gestão Ricardo Nunes, nós entramos para o terceiro ano consecutivo sem uma criança fora das creches. Então isso deve ser analisado e deve ser observado. Então, assim, nós temos que observar essa questão.

E eu entendo que também o Prefeito tem se preocupado – eu fiz até algumas anotações aqui – na manutenção das unidades, manutenção, 236 unidades escolares; cobertura de 98 quadras; nas creches, há 13 em andamento; reforma de 26 CEUs. Então, assim, nós temos que levar em consideração. Esse Prefeito está na frente da gestão há apenas três anos e ele já tem feito muito pela educação.

Evidentemente que precisa ser melhorada muita coisa ainda, mas nós sabemos que em uma cidade do nível de São Paulo, com a população que há em São Paulo, há muitos problemas. E nós vamos trabalhar em conjunto para tentar melhorar e regularizar cada situação que precise passar por essas transformações. Então defendo esse modelo, desde que não haja ilegalidade, pensando nas 500 crianças que estão sendo contempladas naquela unidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Muito obrigada, Vereador Nunes Peixeiro.

Vamos chamar a Prof<sup>a</sup>. Lira, que está representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo.

**A SRA. LIRA ALLI** – Oi. Bom dia.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Bom dia.

**A SRA. LIRA ALLI** – Eu queria começar minha fala pedindo, na verdade, fazendo um repúdio para a Secretaria Municipal de Educação, que prometeu que pagaria, hoje, 500 professores que tiveram a sua jornada desconsiderada no pagamento desse mês, que não receberam pela jornada que fizeram. A gente mandou um ofício para a Secretaria Municipal de Educação, que se comprometeu a pagar hoje. Então, eu queria pedir, Sr. Secretário Adjunto, que fosse registrado nosso repúdio, porque os trabalhadores têm as suas jornadas e elas precisam ser respeitadas.

Bom, eu sou representante do Sindicato dos Servidores Municipais da cidade de São Paulo e a gente sabe, porque a gente trabalha no centro da cidade, que a gente está vivendo uma crise humanitária lá, a gente não nega isso. Mas é preciso que a gente diga que essa crise humanitária é consequência de um projeto que deixou as nossas famílias mais pobres. É verdade, é uma crise humanitária mesmo, que é consequência de todo um projeto de falta de assistência.

A gente tem trabalhadoras terceirizadas da Assistência Social que fazem o cadastro do CAD Único, estão em greve, neste momento, porque a empresa terceirizada está há dois meses sem pagar essas trabalhadoras. Como isso é possível?

Mas a gente vive esse projeto de crise humanitária no Centro. A gente não está negando isso. E o Liceu é uma escola centenária, que precisa ser respeitada. Só que ela é administrada por uma empresa que lucra com a educação privada. É para isso que serve uma empresa de educação privada, para lucrar com a educação privada.

Neste momento, a gente está vendo a transferência de meio milhão de reais dos cofres públicos municipais, através de um fomento, que é uma forma jurídica muito estranha para fazer isso – a gente nunca viu isso na educação – meio milhão de reais, por mês, para uma empresa privada garantir a educação pública. Vocês entendem que fica meio estranho? Essa situação meio que não fecha a conta.

É por isso que a gente vem reivindicar a municipalização do Liceu que vai transformá-lo em uma escola pública. Aí, funciona melhor. Porque a escola pública, senhoras e senhores, há muita qualidade. Isso é reconhecido internacionalmente. As escolas públicas do município de São Paulo são de extrema qualidade.

Penso que transformar o Liceu em uma escola municipal, na verdade, só traria mais brilho, tanto para o Liceu quanto para a educação municipal da cidade de São Paulo. Eu acredito que esse caminho resolve os problemas.

Quero falar algo sobre a situação dos servidores. Os servidores estão em desespero, aguardando uma política que trate da saúde do trabalhador há muito tempo. Os servidores

passaram por dois anos de pandemia, estão lidando com as consequências disso na pele. Sou professora, vejo que lidar com adolescentes sofrendo mentalmente também nos afeta.

Os servidores estão implorando por uma política de saúde que cuide de quem trabalha, imploram por reajustes justos. A gente nem está pedindo os 46% que o Ricardo Nunes recebeu, mas reajuste justo, pagando bem o professor e o quadro de apoio.

É meu papel vir para falar que isso é importante também, porque, neste momento, estou dialogando com o Poder Público. A gente está precisando de ajuda no serviço público municipal.

A gente conta com vocês também para lutarem por isso, porque a gente sabe que a Prefeitura ganha muito quando o serviço municipal é excelente. Quando o serviço municipal consegue ser eficiente o povo desta cidade significa isso, significa que o povo está bem atendido.

A gente precisa fortalecer o serviço público e municipalizar o Liceu. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – O que a Lira falou é verdade. A nossa rede pública de São Paulo é uma rede de excelência. Não só a Lira falou, como vários falaram. É uma rede de excelência, disso não temos a menor dúvida. Creio que deve ser a melhor do Brasil.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Assim eu acredito.

Agora vamos chamar a Lourdes Quadros Alves, da Bancada Feminista do PSOL, Resistência.

**A SRA. LOURDES QUADROS ALVES** – Bom dia a todos, todas e todes. Eu também sou trabalhadora da educação municipal, diretora de escola, agora aposentada como professora. Foram 30 anos na direção de uma escola.

Hoje, eu quero reforçar muitas demandas que temos recebido de mães de usuários da educação municipal, de professores e funcionários da rede pública municipal que estão pedindo socorro. Falo em nome de muitas mães que estão pedindo porque a rede municipal de ensino, para quem não sabe, é uma rede que acolhe todos os alunos.

Temos centenas, talvez milhares de alunos que dependem, têm necessidades

educacionais especiais que a rede privada não acolhe. A rede privada não acolhe esses alunos, infelizmente. A gente sabe disso. A gente atende muitas mães que dizem que poderiam pagar rede privada, mas a escola não quis o meu filho.

Nós temos escolas com salas de aula com três, quatro alunos que dependem desse acolhimento, têm necessidade educacional especial. Secretário Bruno, não existe acolhimento, não há estagiários, não há AVEs, ATEs suficientes para atender esses alunos que precisam desse acolhimento.

Os professores estão adoecendo, não porque não querem atender – eles querem atender todos os alunos. A nossa escola é acolhedora. Mas nós estamos vendo colegas adoecerem, mas quando eles vão ao Hospital do Servidor Público Municipal, ligando no 156, não funciona. As pessoas estão adoecendo, não porque querem, mas as condições de trabalho assim impõem.

A nossa escola é de excelência. A rede municipal de ensino tem projetos maravilhosos apesar das condições.

Quero dizer também que recebemos demandas do TAG. São centenas de mães que precisam do transporte escolar gratuito, mas não há. Na região de Santo Amaro, há mais de 100 crianças, no Jardim Miriam, sem este atendimento. Há outras regiões também. Recebemos essa demanda e precisamos urgente, para ontem. As mães estão pedindo socorro, querem o TAG que é um direito do aluno, eles têm o direito ao TAG.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Para concluir.

**A SRA. LOURDES QUADROS ALVES** – Não somos contra o Liceu, defendemos a escola pública, assim como defendemos que a educação pública tem de ser prioridade, mas este olhar está faltando por parte do Poder Público para atender.

Como disse a nossa colega do Sedin, há EMEIs na região onde está o Liceu, para atender os nossos alunos. Há EMEFs para atender os nossos alunos. O buraco é mais embaixo.

Se uma escola privada não tem condição de ter o lucro que ela deseja, então tem de ser fechada ou, neste caso, que já está atendendo as nossas crianças da rede municipal, serem

municipalizadas, porque temos plenas condições para atender crianças da escola gerida por servidores públicos, porque o recurso público está lá.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Concluindo.

**A SRA. LOURDES QUADROS ALVES** – Então, se o recurso público está lá, vamos municipalizar a escola e atender todas as crianças que dela dependem.

Obrigada pela atenção.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vamos chamar agora, *on-line*, a Cecilia, do Coletivo Rema - Rede de Mães da Escola Pública por Direitos.

**A SRA. CECILIA** – Obrigada.

Quero, em primeiro lugar dizer que entendo as falas dos pais da região, entendo que eles estão buscando um ensino de qualidade para seus filhos. Eu também sou mãe, meus filhos estão em escola pública, também busco ensino de qualidade para eles.

Acontece que a rede municipal preza por alguns princípios. Em primeiro lugar, é a equidade. As crianças têm de ser atendidas com o mínimo de equidade no atendimento. Como a pessoa que me antecedeu disse, há regiões de São Paulo totalmente carentes, onde não há nenhuma EMEF construída.

O outro princípio é o da gestão democrática. Nesse ponto, temos na rede os planos regionais de educação, os planos municipais de educação, que pensam, por exemplo, onde estão essas necessidades, onde está faltando escola. Existem terrenos já indicados por esses planos.

Contudo, o que acontece é que a gestão da Prefeitura não está cumprindo os planos. O plano foi totalmente esquecido. As salas de aula estão superlotadas. As escolas que já têm terreno indicado para construir não vão para frente.

Aí, surpreende muito, porque já somos da rede pública. De repente, do nada, vem a Prefeitura em socorro de uma instituição privada e esquece toda essa outra população que está em necessidade há muito tempo. São crianças que já estavam na rede e que estão tendo de se deslocar. Há escolas e CEUs fechados.

Então, o que eu defendo é que a Prefeitura e a SME busquem cumprir os planos. Busquem cumprir com o que a comunidade da rede municipal e as comunidades escolares indiquem como necessidade. Eu não sou contra a existência do Liceu. Pelo contrário, concordo que, a esta altura do campeonato, não dá para simplesmente parar o atendimento dessas crianças. Faço coro à municipalização e que essa escola se integre à rede, mas também que a Prefeitura olhe para todas as crianças e as regiões necessitadas.

É isso. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vamos chamar, agora, o Vereador Professor Toninho Vespoli. Eu vou ter de sair só um pouquinho, para atender a um telefonema muito urgente, mas V.Exa. tem o tempo regimental de três minutos.

**O SR. CORONEL SALLES** – Pela ordem, Presidente, com a generosidade do Vereador Professor Toninho Vespoli, só quero fazer uma colocação.

Secretário, é o segundo depoimento em que se fala do Plano Municipal de Educação. Se V.Exa., na hora da sua fala, puder falar sobre o cumprimento desse plano, chamou-me muito a atenção. É o segundo ou o terceiro. Se o senhor puder, eu acho que deva haver métricas para podermos mensurar a aplicação desse plano – se ele é de médio, curto ou longo prazo, quais objetivos foram alcançados, por quais objetivos as metas são compostas. É só porque acho que é a terceira pessoa que já fala disso.

Desculpe, professor.

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Quero cumprimentar o Executivo, o Legislativo, o Ministério Público, a Defensoria, o Tribunal de Contas, em nome da Vereadora Edir Sales e também do Vereador Celso Giannazi, que foi o proponente desta audiência pública. Quero cumprimentar, em nome de todos os sindicatos, todas as pessoas que estão aqui, nos assistindo e querendo participar deste debate.

Assim, uma coisa que me chama muito a atenção é que, na hora de fazer um conveniamento, você vai lá e faz um conveniamento com uma entidade filantrópica, algo a que já sou um pouco contrário, porque há, realmente, as entidades que fazem um trabalho sério – e



eu já fui a entidades que fazem trabalho sério –, mas há uma grande maioria que não faz, a ponto de eu estar lá, sentado, em um boteco em Guaianases, e uma pessoa chegar até mim e falar: “Vereador, você me ajuda”? Falei: “Ajudo em quê”? O cara disse: “Não, eu tenho uma entidade e quero fazer conveniamento, porque me falaram que é rentável abrir um conveniamento em CEI”. Virou negócio. Não são entidades preocupadas com educação e que estão lá para abrir alguma coisa pensando na formação das crianças e dos nossos adolescentes, e sim em como se faz para receber lucro. Então, há as “pilantróficas” e há as filantrópicas.

Fora isso, nós estamos falando de outra situação. É pegar dinheiro público para colocar em uma entidade que quer ter lucro privado, uma escola particular. Isso a Constituição veda, gente. Sinceridade? Eu não entendo por que o Executivo chega a fazer esse conveniamento e por que temos de fazer essa discussão. Nesta Casa já foi votado *voucher* para CEI e para EMEI. Eu falei, no púlpito, na tribuna, à época, que isso era ilegal e inconstitucional. Eu entrei no Tribunal de Justiça, por meio do meu partido. Isso foi para o Supremo e nós já ganhamos. Não pode haver *voucher* para EMEI e para CEI de conveniamento. Assim, é um modo de burlar o *voucher*? Então, faz um conveniamento, porque, no final, você está dando a mesma coisa, dinheiro público para entidade privada.

Reconhecemos a importância do Liceu na cidade e a situação que vive a região. Acho que há uma preocupação de todas e de todos em resolver o problema da região. Então, por mais problemas que possa ter o Liceu, aqui não há um conflito, mas o que estamos discutindo? Para resolver um problema, não podemos praticar atos ilegais. Assim, Vereador Coronel Salles, podemos, então, por exemplo, para resolver um caso de violência na cidade, promover um ato ilegal? Não. Então, o Executivo está praticando um ato ilegal.

Mas ainda há um segundo ponto que, para mim, é importantíssimo: pensar nas crianças. Será que nós estamos pensando nas crianças? Entretanto, o debate é: na região do Centro Expandido, há carência de vaga para as nossas escolas municipais? Olhem, eu sou professor da rede municipal. Já lecionei no Estado e também na Prefeitura de São Bernardo. Estou há 12 ou 13 anos na rede municipal. Eu falo para o senhor com toda a convicção do mundo

e com dados: não falta vaga no Centro Expandido. Onde falta vaga é nas bordas da cidade.

Mais, ainda: eu fiz a denúncia para o Secretário e o para o Vereador Fabio Riva, ontem. Meus assessores e eu visitamos em torno de 15 escolas por semana. Já estamos tabulando um monte de CEI conveniado que está lá, com a vaga aberta, mas está recebendo. Ao mesmo tempo, você vai às nossas unidades diretas, ao nosso CEI direto, ao lado, e também há vaga no CEI direto. Então, o que está acontecendo, se há vaga no nosso CEI direto e nós estamos gastando dinheiro público para manter entidades para trabalhar – e, mesmo assim, nem com seu quadro completo, mas ganhando a verba pública, que é o dinheiro do povo? Assim, não há sentido isso.

Presidenta, não podemos, também, com todo o respeito ao Liceu – e aí, não é o Liceu –, usar o dinheiro que é do povo para salvar uma escola, por mais importante que ela seja. Aí, há uma discussão. Por exemplo, pode haver uma escola na minha região que vai ser fechada. Qual é o peso, o impacto, para aquelas crianças da minha região, ou da região da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, ou da região da Vereadora Edir Sales, ou de qualquer região em que os Vereadores atuem? É mais ou menos importante do que as crianças do Liceu? A Administração tem impessoalidade. Eu não posso, como Prefeito, tomar uma atitude dessas. Senão, abre um precedente e amanhã qualquer Prefeito vai querer fazer conveniamento com qualquer escola que vai fechar. Isso vai virar uma baderna. Isso está totalmente contra os princípios do Estado Democrático de Direito, gente. Então, eu estou achando escandaloso esse tipo de questão.

Ao Vereador novo, Dr. Nunes Peixeiro, digo, só para deixar uma questão muito clara: se o Prefeito foi lá e reformou 200 escolas, isso foi com o dinheiro do povo. Não fez mais do que a obrigação. Agora, posso lhe falar o seguinte: nós, como Vereadores, temos de fiscalizar por que a quadra da EMEF Chico Mendes, por exemplo, está custando um milhão e 200. Aí, você vai à quadra e tem o mesmo tamanho da quadra de uma escola no Teotônio Vilela, por exemplo, que está custando 500 mil. É esse o nosso papel de Vereador, eu acho, e não vir aqui falar o que o Governo fez ou não fez, porque isso cabe ao Governo fazer. Agora, nós, como

Legisladores, temos de vir e fiscalizar o que o Executivo está fazendo. (Palmas). Eu não estou dizendo que há maracutaia. Eu coloquei isso nos órgãos, que são os representantes do povo, para fiscalizar e ver se realmente há algum problema ali, mas eu acho muito estranho isso, porque a gente então poderia ter feito duas escolas, em vez de uma.

Só para terminar, Sra. Presidente, eu sei que estou avançando o tempo, mas V.Exa. é da minha região, somos professores, isso é uma coisa que me incomoda muito. Assim, por que não deve esse dinheiro para escola particular? Porque na pública, ontem estive em uma escola lá em Taipas.

Uma EMEI muito grande, com quase 600 alunos. Há o térreo e mais dois pavimentos. Sabem quantas pessoas tem lá para fazer a limpeza da escola? Três pessoas. Dois em um período e um em outro período. Há mais de 20 vasos sanitários para limpar. Sabem o horário que começa o almoço das crianças? 10h30 e acaba às 14h30. São 16 turmas almoçando. Sabem quantas vezes que tem que limpar as mesas que as crianças sujaram? Um único funcionário de limpeza, depois vem falar que a escola pública está ruim.

Está ruim porque querem que ela esteja ruim, para depois privatizar. Igual na Casa de Cultura, ontem, que a Secretária Aline esteve na audiência pública para falar: olha só como está degradado as nossas Casas de Cultura, onde 40% precisam de reforma estrutural, e uma série de coisas. Aí, falei para ela assim: Não. Você aqui, Secretária, assinou a incompetência do Prefeito da senhora. Porque, para falar um negócio desse. Mas eles fazem isso para depois privatizar, esse é o problema. Aqui não é um debate contra o Liceu ou contra a região. Aqui é um debate de política pública e a gente quer que a educação pública seja para todos e todas, principalmente, para o povo da periferia, porque esses pagam mais, indiretamente, impostos do que muitos aqui na cidade. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Representando o Sinesp, com a palavra o Sr. Douglas Eduardo Rosa.

**A SRA LUANA ALVES** – Sra. Presidente, apenas informar a minha presença e me inscrever. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vereadora Luana Alves, estamos intercalando: um inscrito, um convidado, um *on-line* e um Vereador. V.Exa. está inscrita.

Com a palavra, o Sr. Douglas.

**O SR. DOUGLAS EDUARDO ROSA** – Obrigado. Boa tarde à Mesa, boa tarde aos presentes.

Meu nome é Douglas, sou diretor de Sinesp, assim com a professora Rosana e diretor de escola na rede. Serei o mais curto possível, porque tudo que já foi falado – pode até ser repetitivo – mas é muito importante também, muita coisa a repetida, para levar a discussão.

Primeira palavra: transparência. Isso está previsto como princípio da administração pública. Só para dar um exemplo, a própria SME e pelos relatos de muitos diretores da rede, que quando vem a SPObras as escolas, eles colocam muitas questões, demandas de obras e, às vezes, a escola não precisa. Muitas delas, inclusive, já tiveram reforma antes e em muito pouco tempo. Então, não se explica esse motivo.

E muitas outras que estão precisando, estão caindo telhado, muro, alagadas e esperam uma solução urgente a quantos anos? Então, a questão, realmente, não é o Liceu em si. A gente sabe muito bem da importância do Liceu na cidade, para o Centro, na região. Mas o problema não é esse. O problema é qual é a justificativa desse processo tão rápido de conveniamento do Liceu? Sem uma licitação, um processo licitatório, inclusive.

Além disso, o Sinesp, dentro dos seus princípios, diz que a área social, área educacionária priorizada no orçamento público, com verba pública, para garantir os direitos universais as nossas crianças, jovens, adolescentes, adultos, os próprios servidores que tenham condições dignas de trabalho e fora da lógica de mercado para diminuir a violência. O Sinesp entende muito bem a importância da educação quanto a questão social humanitária. Mas isso tem que ser feito com recursos públicos para a escola pública, com gestão pública e com servidores públicos. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Próxima inscrita: Sra. Claudia Santos, Assessoria Jurídica do Colégio Liceu Coração de Jesus.

**A SRA CLÁUDIA SANTOS** – Boa tarde a todos.

Falo em nome do Liceu Coração de Jesus, que tanto foi falado, até então. Mas agora gostaria de falar do Liceu. Liceu é uma entidade filantrópica – gostaria de frisar – sem fins lucrativos. Isso é muito importante.

Gostaria de diferenciar que escola que funcionou, Liceu – são vários Liceu. A escola Liceu que funcionou até dezembro de 2022 é uma outra instituição, salesiana também. O que funciona hoje? EMEI Liceu e EMEF Liceu. Recebeu essa nomenclatura por quê? Porque ela atende alunos da rede pública municipal. Acho que nem todos sabem. São alunos da rede pública. São ensinados baseado no currículo da cidade, não no material salesiano, mas no currículo da cidade. Eles tiveram entrada no colégio pelo sistema da prefeitura. Respeitando o princípio da equidade que foi mencionado, que é o princípio de entrada para todos os alunos da rede pública municipal. Então, nós temos uma escola municipal. Por ser uma parceria, há alguns diferenciais. Temos professores concursados? Não. Temos AVEs. Temos alguns profissionais que são do quadro público. Então, é um misto. É uma parceria e por que essa parceria? Porque o Liceu está lá há 138 anos. Agradeço a todos que expressaram o seu respeito a ele, porque ele tem expressão, tem história. É um prédio tombado. Gostaria que fosse muito respeitado por isso, assim como a gente respeita também o funcionalismo público e reconhece a excelência, porque é.

Estamos tendo essa experiência agora, atendendo esses alunos que são municipais, a gente está acompanhando o funcionamento. Porque é uma escola pública. É igual. O atendimento é igual. Então, o Liceu, nesses quase 138 anos, atendeu: filhos de escravos, filho de imigrantes. Passamos pelo Champs Élysées, mas estamos atendendo agora, pela pesquisa que fizemos, em torno de cinco mil famílias da PPP, da comunidade do Moinho. E a nossa intenção como salesianos não é entrar em embates. É colaborar, atendendo as famílias, atendendo as crianças porque esse é o nosso carisma. Quando se fala em irregularidade, me incomoda um pouco. Porque assim: nós temos uma CEI conveniada há mais de 18 anos – estou como salesiano há 18 anos – somos fiscalizados, prestamos contas ao Tribunal de Contas.

Respeito trabalho. Tem que ser respeitado e não foi encontrado irregularidades porque não somos “pilantrópicos”. Somos filantrópicos e de respeito de 138 anos.

Gostaria de esclarecer, porque como filantrópica sem fins lucrativos, nós podemos nos valer do Marco regulatório. E o Marco regulatório autoriza a formalização desse termo de fomento. Tem dispensa de chamamento. Tem suas peculiaridades, tem suas regras próprias que foram seguidas. O Liceu, com sua história de 138 anos, nunca formalizaria um documento, nunca atenderia essas crianças de forma irregular. Nós não temos esse histórico. Então não seria agora, porque o nosso intuito é contribuir com a sociedade, com bairro, porque o Liceu, ele recebe muito carinho.

Eu acho que precisa ficar muito claro – até me emociono – porque assim: não temos uma escola particular. Não precisamos ser socorridos por que no ano passado quando entendemos que a demanda da região era para crianças, para famílias que não têm condições de pagar; ou até tem, mas que têm o direito de acesso a uma escola pública. Então, a gente entendeu que o nosso público era esse. Nós redimensionamos nossa atividade.

Em conclusão, redimensionamos nossa atividade, buscamos diversos organismos, seja no âmbito social, e a gente entendeu, o Liceu entendeu que o melhor era o segmento da educação, até porque temos CEI. Tem todas aquelas famílias do entorno que precisariam ser atendidas, que seria a maneira mais adequada. Então, eu acredito que, com excelência, atendemos nós todos – pública, filantrópica, fomento. O que é importante frisar é que a gente passou a fazer um atendimento integral...

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Para encerrar, por favor.

**A SRA. CLAUDIA SANTOS** – Sim, senhora. Para não ficarem na rua. E também atendemos crianças com singularidades, não sendo melhores, nem piores, mas para atender com dignidade, que todo mundo merece, muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Tem a palavra agora, por três minutos, a Vereadora Cris Monteiro.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Obrigada, Presidente. Cumprimento todos da Mesa. Boa

tarde a todas as pessoas presentes.

Fiquei particularmente tocada pela fala da Sra. Claudia. Perdão, não me lembro o sobrenome dela... Claudia Santos. Muito boa a sua fala. Eu escutei palavras como “colaborar”, “contribuir”. Eu já tinha anotado, o Liceu teria 137, a senhora me corrigiu; 138 anos este ano. Agora, vamos contar com 500 vagas para alunos que não teriam essas vagas, pelo que entendi.

Quero falar sobre o marco regulatório. Esse não é um processo, como tem sido dito, inconstitucional. Ele está, sim, sob a Constituição Federal, nos artigos 205 e 208 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. No âmbito municipal, também temos, em São Paulo, a Lei 14.132, de 2006, do Governo Serra, e o Decreto 52.885, de 2011, que versa sobre a qualificação e regulamentação das entidades sem fins lucrativos, que a Sra. Claudia reafirmou, como organizações sociais. Então, é uma inverdade dizer que não é constitucional. É, sim, constitucional. A gente precisa botar isso por terra.

Outra coisa muito importante que a gente fala sobre as organizações sociais: que são corruptas, que atuam de forma irregular. Sempre que escuto isso, eu penso no grande escândalo que tivemos com a Petrobrás, que teve um processo absurdo de corrupção. O que se faz? Fecha a Petrobrás? Ou nós vamos lá e corrige o que está errado, institui um Departamento de Compliance e permite que a Petrobrás, como empresa, continue funcionando?

A gente não pode, em hipótese alguma, condenar o modelo por causa de alguns malfeitores que, sim, existem; e esses malfeitores fazem muito mal ao sistema. Esses malfeitores devem, sim, ser retirados do sistema, mas a gente não pode condenar o processo porque dentro das organizações sociais existe um sem-número de organizações que são decentes e muito honestas, e a gente não pode condenar o modelo.

Outra coisa muito importante que eu escuto frequentemente nesta conversa é sobre privatização das escolas públicas. Eu tenho falado e vou insistir: quando se privatiza um bem público, uma das coisas que imediatamente acontece é cobrança de preço. Concessões das estradas: eu usei muito a Estrada Rio-Dutra, porque sou carioca, fui e voltei quando a estrada era pública. Quando foi feita a concessão, eu passei a pagar pedágio. Então, é muito importante

eu reafirmar isso: não existe privatização sem cobrança de preço, sem cobrança de tarifa. Não vai existir. A escola continua pública. É muito importante a gente reafirmar isso, porque quando a gente fala que “vai privatizar a escola”, é um equívoco e leva as pessoas a terem um entendimento equivocado sobre o processo.

O processo é constitucional, há um marco regulatório, é legal, vai dar 500 vagas pra crianças. Eu gostaria de estar com todos nós, na realidade, aplaudindo o fato de que nós vamos ter vaga para 500 crianças. A gente está, desculpa, mas causando um problema quando a gente pode ter 500 crianças que vão ter educação de qualidade pelo município. Por que a gente está tendo essa discussão? Eu compreendo e respeito, ouvi atentamente; mas é muito importante que a gente coloque que é constitucional, é regulamentado, não existe em hipótese alguma a chance de cobrança; ou seja, não é privatização. E os malfeitores devem ser retirados, e a gente não pode condenar o projeto.

Então, escutei pessoas do bairro, escutei a Dra. Claudia, escutei outras pessoas. Eu apoio 100% esse projeto, porque eu acredito que é um projeto que vai dar vagas para as crianças; e gostaria de ver todos nós unidos, apoiando o projeto, porque é isso que a gente tem que fazer: pensar na educação de qualidade para as crianças e não ficar criando fantoche de que é irregular, de que é inconstitucional, de que as OS são corruptas. Tudo isso, a gente pode resolver. Então, tem o meu apoio irrestrito. E agradeço profundamente. Muito obrigada à Presidente. Deixo a minha fala para a próxima pessoa. Obrigada.

**O SR. FABIO RIVA** – Presidente Edir, só registrar minha presença? Vereador Fabio Riva. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Líder do Governo, nosso Vereador Fabio Riva. Registrada a sua presença.

Agora vamos chamar a representante do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de São Paulo, professora Michele Rosa.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Bom dia a todos e todas que estão presentes nos acompanhando.



Eu gostaria de começar respondendo ao questionamento da Vereadora Cris: por que é que nós estamos aqui. Nós estamos aqui, entre outras coisas, porque esta Casa tem o dever de escutar as pessoas, de debater aquilo que é de interesse público e é por isso que nós estamos aqui. E é um espaço para o contraditório, viu, Vereadora Cris. (Pausa). Ela vai embora, não há problema.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Eu fiquei uma hora escutando vocês.

- Manifestação do público.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – A senhora me desculpe, eu tenho um compromisso. O Deputado que estava aqui foi embora. Não é falta de educação. Falta de educação é da senhora (dirigindo-se ao público). A senhora está sendo mal-educada comigo.

A senhora me desculpe (dirigindo-se à oradora Michele), estou usando o seu tempo de fala. A senhora me perdoe, eu tenho um compromisso. Caso contrário, eu ficaria ouvindo a senhora. Infelizmente, eu tenho que ir.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Não há problema.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Ouvi várias pessoas. Obrigada.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Vereadora, eu só estava respondendo à senhora um questionamento que fez.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Está tudo gravado, depois, eu posso ouvir a senhora.

**A SRA. MICHELE ROSA** – É uma pena. Uma Vereadora deveria fazer a provocação e ouvir.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Uma Vereadora que estava aqui escutando durante mais de uma hora. Eu, infelizmente, tenho um compromisso com outras pessoas, tenho que sair.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Vá tranquila. Vá tranquila.

- Manifestação do público.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – (Dirigindo-se ao público). Eu lamento profundamente que vocês não gostem de mim.

- Manifestação do público.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Presidente, poderia restituir o meu tempo?

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – (Dirigindo-se ao público). Não é novidade a má-educação com que vocês tratam as pessoas. Vocês são mal-educados, não deixam a gente falar, lamento profundamente. Agora, eu tenho um compromisso. Um beijo para a senhora também, querida. Fique com Deus, saúde, tudo de bom, sucesso.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Vou zerar o tempo. Pode começar.

**A SRA. MICHELE ROSA** – Obrigada, Presidente. Bem, eu me chamo Michele, sou Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na rede municipal de ensino – com tantos colegas presentes. Componho a Diretoria do SINPEEM, que eu represento neste momento.

Eu gostaria de começar dizendo que eu fui aluna dessa rede lá na EMEI Aviador Edu Chaves. Então, estou na rede desde os meus três anos, conheço profundamente. É preciso começar pelo início. A educação, o direito ao acesso e à permanência é dever do Estado, e o Estado não pode escolher fazer qualquer tipo de opção. A verba pública deve ser destinada para a escola pública estatal, laica, de qualidade para todos e para todas. Essa é a escola que a gente defende, que o SINPEEM defende.

O Governo faz escolhas, e a escolha que esse Governo está fazendo é de privatizar, sim, é de fazer parcerias para beneficiar a rede chamada parceira. E não é uma discussão, com todo o respeito aos colegas do Salesiano, o que a gente está discutindo é um projeto de Estado, compreendem? Vocês são nossos colegas de educação, não há problema nenhum, estamos apenas em lugares diferentes; mas a gente precisa defender a escola pública, dinheiro público para escola pública; assim como nós defendemos que o Poder Público invista em concurso e que todos os profissionais tenham direito ao acesso por meio de concurso e que essas pessoas tenham plano de carreira. Nós defendemos isso. Não é nada contra vocês.

Sabe o que acontece? É que quem tem experiência sabe do que está falando e há muitos anos, nesta Casa, a gente vê projetos como foi citado, de conveniamento da educação infantil, e aí o que era um programa excepcional, emergencial – viu, Vereador? Era emergencial

também no passado – e o que aconteceu? Vai se ampliando, ampliando, ampliando, a ponto de faltar matrícula na rede direta, viu Secretário Bruno? Hoje a gente vê um desvio de matrícula.

Primeiro, se matricula na rede parceira. Se se sobrar, manda lá para o CEI. Como é que pode? Como é que pode? Se há necessidade de se fazer convênio para zerar a fila, como é que pode faltar matrícula lá na rede direta? E está sobrando lá para fazer convênio? Entendem por que a gente está discutindo? Infelizmente, a Vereadora se retirou, porque ela está em dúvida do porquê de a gente estar aqui. É porque coisas como essa começam assim, com uma escola excelente, mas aí vai se abrindo. Sabem da história: De onde passa o boi, passa a boiada? É assim. Então, não é não na medida emergencial. Isso é só para entender o que a gente já sabe. Não é uma medida emergencial. É um projeto político de um Governo. Por fim, dizer que se a Prefeitura se encontra, neste momento, nessa situação, de ter que se responsabilizar por essas matrículas, significa que, no Governo em continuidade, por que não? O Prefeito Nunes não está começando esse Governo há dois anos. Nós estamos em um Governo de continuidade, que começa lá com o Bruno Covas, que começa lá com o Doria, Covas. Nunes é continuidade. Então, se faltavam escolas, deveriam ter sido construídas. Há dinheiro. Com quinhentos mil reais, por mês, dá para se construírem escolas. Não dá, Vereador?

Para finalizar, digo que o SINPEEM defende escola pública laica, de qualidade, estatal. Verba pública para escola pública, com todo respeito aos colegas, aos educadores, mas nós não podemos cair nessa conversa de novo. A gente já sabe como isso começa, como isso termina e nós não vamos aceitar.

Obrigada e bom dia a todos. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Tem a palavra o nobre Vereador Dr. Nunes Peixeiro.

**O SR. DR. NUNES PEIXEIRO** – Sra. Presidente, rapidinho.

Como eu fui citado, eu concordo sim com a professora que acabou de fazer a sua fala, de que há verba pública, sim. Tanto é que estão sendo construídos doze novos CEUs e mais três escolas. Isso está sendo feito. É como eu citei anteriormente. Nós estamos tratando

de São Paulo. É uma cidade muito grande, muito complexa, mas a gente está trabalhando para amenizar os problemas. Resolver 100% é difícil. Então, queria passar esse informe, que estão sendo construídos doze novos CEUs e mais três escolas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada. Bom dia a todos e todas.

Também queria ressaltar o que acabou de falar a colega, que a discussão não é sobre uma escola específica, sobre um grupo de trabalho, uma organização filantrópica específica. Não conheço o Liceu. O Vereador Coronel Salles já havia feito o convite para que a Comissão de Educação conhecesse. Gostaria de conhecer. Imagino que deva ser uma escola inclusive de excelência, porque eu, como gestora pública, não escolheria uma escola ruim para fazer um projeto piloto que justificasse uma opção política, porque acho que é disso que se trata, uma escolha política, da qual a gente veio fazer o questionamento, porque a gente defende a educação pública e educação pública de qualidade e gratuita para todas as pessoas, indiscutivelmente.

Então, acredito, de verdade, que provavelmente o Liceu oferece um ensino de qualidade. O Liceu, inclusive, oferece algo que é importante para pais trabalhadores, que é o ensino mais estendido no horário. Nós podemos fazer várias discussões sobre isso.

Então, para a comunidade, realmente deve ser muito bom que os filhos estejam na escola, mas a gente não pode também tirar do foco qual é a função do Estado, qual é a função do município e a função dos Vereadores, como já falou o nosso Colega, que é olhar para esses contratos e essas parcerias.

Muitas coisas já foram colocadas aqui e talvez eu não precise ficar repetindo sobre isso, mas é importante dizer que é função desta Casa fiscalizar o que está acontecendo nesse espaço. É função dos outros órgãos, que estão aqui para ouvir, também fazer essa fiscalização. Então, não há absolutamente ninguém aqui querendo fazer uma cruzada contra o Liceu ou uma

cruzada contra os moradores daquele território, um problema com aquela escola. Não é isso. A gente está aqui discutindo a política pública.

Agora, há uma coisa que a gente precisa enfrentar. Eu não sei também se a municipalização é a opção principal. Acho que a gente fazer essa discussão parece-me talvez uma opção importante. E vou dizer isso porque também outros Colegas já disseram, Vereador Coronel. Eu acho que a gente já esteve conversando sobre Guaianases nesta semana. Em Guaianases, a gente tem, por exemplo, uma previsão de mais três mil famílias em um território onde não há nenhuma EMEF e nenhuma EMEI. Qual é a previsão? A gente, inclusive, esteve conversando com o Subprefeito de Guaianases há algum tempo. A Siurb é que autoriza esse tipo de construção naquele território. A Subprefeitura sequer teve condições de se organizar para fazer gestão simples, para pensar nas ruas, na construção de escolas e pensar no atendimento de saúde.

Então, a gente vê que a gente tem também um descompasso muito grande da Secretaria Municipal de Educação, da gestão do Prefeito Ricardo Nunes, mas que acontecem com os problemas reais que acontecem no dia a dia da cidade. E é por isso também o questionamento. A ideia de que se vai construindo parcerias – aí foi brilhante a fala da companheira que falou antes de mim – é claro. Se é uma única parceria, a primeira parceria, porque eu quero que sirva de modelo, ela vai ser excelente, vai ser absolutamente eficaz. Não vai apresentar nenhum problema, mas para servir também como um modelo de gestão que a gente discorda, porque o Celso já trouxe algumas questões.

A companheira, assistente jurídica, falou que a escola do Liceu tem um histórico, por exemplo, de receber filhos de escravizados, de pessoas que foram escravizadas pelo Estado. A gente também faz uma discussão importante sobre as questões raciais na escola, e a gente sabe, por exemplo, que a gestão terceirizada é uma gestão, como falou o companheiro Toninho, onde há trabalhadoras que estão absolutamente precarizadas. E grande parte dessas trabalhadoras são mulheres negras.

Então, existe uma preocupação legítima também, não só quanto ao histórico daquela

escola especificamente, mas com como se realizar esse trabalho das empresas terceirizadas na Prefeitura de São Paulo. A gente sabe e já ouviu vários problemas desse tipo e essa é a nossa preocupação.

Eu acho que a gente precisa olhar muito atentamente. Preocupa-me como esse convênio foi feito de forma tão rápida. E ainda que haja previsão legal para algumas coisas, na cidade de São Paulo, não significa que o município é obrigado a fazer. O que o município é obrigado a fazer é garantir educação pública de qualidade gratuita. Essa ainda é a nossa legislação.

Então, é por isso que a gente está fazendo essa fala hoje.

Obrigada, Sra. Presidente. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.**

Eu vou assumir a presidência. A Vereadora Edir Sales tem um compromisso. Então, nós vamos tocar essa audiência pública.

Então, continuando com as anotações da Sra. Presidente, tem a palavra a Sra. Selma Rocha, professora, de forma *on-line*. (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Olga, representante do Coletivo Paulo Freire.

**A SRA. OLGA –** Primeiro, eu queria justificar a ausência da professora Selma, ela me pediu que ela não se encontra, ela está fora de São Paulo...

- Manifestações concomitantes ao microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) –** Olga, você tem condições de abrir sua câmera? Por favor.

**A SRA. OLGA –** Desculpa. Pronto.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) –** Aí, agora sim.

**A SRA. OLGA –** Estou justificando a ausência da professora Selma, que me pediu. Ela está impossibilitada de comparecer. Ela está muito longe daqui e não teve condições de acessar, porque está em outra atividade.

Deixe eu cumprimentar a todos e todas. Agora, boa tarde, não mais bom dia. E eu só queria fazer uma fala em cima de todas que já foram feitas, que nós não queremos fechar o Liceu, nós não somos contra o Liceu, nós só somos contra esse Termo de Fomento que foi estabelecido entre a Prefeitura e o Liceu Coração de Jesus, porque já temos, inclusive, algumas escolas que funcionam em terrenos ou em entidades confessionais, e são escolas públicas. Então, por que não fazer da mesma forma? Já temos esse precedente.

Temos a EMEI São Bento, que funciona na DRE do Ipiranga, inclusive na mesma DRE dessa questão que estamos discutindo. E temos na DRE Butantã o Educandário Dom Duarte, a EMEF Dom Duarte, que também funciona em um espaço de uma entidade, onde a Prefeitura paga o aluguel, licitamente, sem nenhum problema, e a escola é pública, a escola funciona, a gestão, os professores todos, enfim, é uma escola pública.

Por que não fazer da mesma forma? E aí, é uma forma legal, não interrompe o atendimento às crianças em hipótese alguma, não é isso que nós pretendemos, nós queremos que as crianças tenham direito à Educação, que eles continuem tendo a escola da mesma forma, só que sendo uma escola pública, aquilo que todos já disseram, várias pessoas que me antecederam. Dinheiro público, recurso público, para escola pública. E aí, funciona tudo normalmente.

Portanto, que se acabe com esse Termo de Fomento, e pague o aluguel simplesmente, e a escola se torna uma escola pública.

Sou pela municipalização, sim, acho que tem de ser. Eu acho que é o caminho que deve ser seguido. É isso. Agradeço o espaço dado.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Olga, representando o Coletivo Paulo Freire. Passo agora para o próximo inscrito pelo site, Sr. Rogério. Está presente? (Pausa)

**O SR. CORONEL SALLES** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Pela ordem, Coronel Salles.

**O SR. CORONEL SALLES** – Uma breve observação.

Primeiro, quero dizer da experiência muito gratificante desse debate. Você pode não

gostar, você pode não concordar, mas temos de ouvir. Isso é determinante. É por onde nós falamos, então, estou muito satisfeito em estar aqui, ouvindo.

Por vezes, até divirjo diametralmente de alguns posicionamentos, mas a Democracia é isso mesmo. É por isso que estamos aqui, civilizadamente, fazendo esse tipo de discussão.

Então preciso, em homenagem a esse ambiente, dar esse testemunho, até pelo meu noviciado aqui, como Vereador nessa Casa.

Uma segunda colocação, eu tenho conversado de maneira muito detida com o Secretário Bruno Correia e com o Secretário Padula, principalmente quando, por ocasião de alguns descompassos que são expostos nas sessões ordinárias da Câmara. Acho que muitas dúvidas que temos serão dirimidas após o pronunciamento do Secretário Bruno Correia, e eu preciso dizer isso: conheço o Bruno, posso chamá-lo assim, e dar, aqui, um testemunho de seriedade.

Acho que aqueles que puderem ficar seria muito importante e assim ouvíssemos, também, o posicionamento, com a mesma elegância que ouvimos da nossa advogada do Liceu de Artes e Ofício que vem falar nome do Padre Marco Biaggi, mas é muito importante isso.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Muito importante, Vereador Coronel Salles, muito importante sua colocação. Então vou passar para o próximo que é o Rogério, inscrito pelo *site*.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Não. Esse é o próximo, depois é a próxima Vereadora. Rogério não está presente? (Pausa) Passo, então, para a Vereadora Luana Alves.

- Manifestações conjuntas no ambiente virtual.

**A SRA. LUANA ALVES** – Perfeito. Bom dia, boa tarde já a todo mundo presente.

Estou de forma *on-line*, vocês me ouvem? (Pausa). Está bom, vi um joinha aí.

Desculpem interromper, é que estou entre agendas, mas eu gostaria de contribuir com esse debate. Primeiro, quero saudar todos os presentes, professores, professoras, a comunidade do Liceu também, os Vereadores, enfim. Eu gostaria de trazer alguns aspectos para



contribuir na discussão.

O primeiro é que, assim, sabemos que quando falamos de papel do Estado, falamos do papel de garantir a Educação, principalmente às crianças em situação de vulnerabilidade. Gostaria de trazer com meu colega Toninho quando disse que há muita falta nas periferias. E isso está correto. Só que também existe um aspecto que está muito oculto, que no Centro de São Paulo há muitas das periferias, que na verdade nem entram nas estatísticas. Crianças que estão em cortiço, crianças que estão em ocupação.

Existe uma demanda que, inclusive, tem de haver uma busca ativa e acho que é algo muito importante que deve ser colocado, nesse momento. Há uma questão específica do Liceu, e existe uma questão maior do modelo de gestão. Acho que isso é importante também para que todos saibam.

A questão específica do Liceu é a seguinte: entendo a importância histórica do Liceu, já reafirmei isso em alguns momentos, é uma escola que recebeu filhos escravizados, sabemos que existe uma tendência para que a história negra seja apagada, e isso não pode acontecer, precisamos resgatar essa história. E, nesse sentido, o Liceu é bastante importante.

E está correto, acho que a postura de apoiar a escola para que não seja, para que não aconteça o fechamento. Só que há um ponto fundamental que temos de prestar atenção. Vivemos uma gestão que tem tido, repetidamente, uma prática, uma tendência política, uma escolha política de terceirização, mas não para aumentar a qualidade, não mesmo para aumentar a qualidade, mas para, de fato, deixar seu papel, ser eximido seu papel de Estado, e para, sim, existem irregularidades. Não estou dizendo só do Liceu, não...

- Manifestações simultâneas.

**A SRA. LUANA ALVES** – Por exemplo, na Educação Infantil, quando existem diversas denúncias existem esse tipo de terceirização. Isso é fato. Não sei se está sendo possível me escutar... mas só para reforçar que é o seguinte... a maneira como está sendo feito esse contrato pela Prefeitura é uma maneira pouco transparente, o nosso mandato fez requerimento para diversas informações que não foram respondidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Estamos fazendo uma série de questionamentos, não respondidos, não existe transparência nesse processo e, por mais valorosa que essa a história do Liceu Coração de Jesus, isso é inegável: não dá para utilizar desse caso para tentar impor uma política que foi negada, que é a política do *voucher* da Educação. Não dá para fazer isso.

É fato, existem projetos tramitando na Casa, que não foram aprovados, da terceirização da gestão, existe uma tentativa da Prefeitura de fazer *voucher* da Educação que não foi aprovada. Que, inclusive, o Ministério Público já falou que não é para fazer.

Então não dá para utilizar um caso específico para tentar impor uma política de *voucher*. Não dá para fazer esse tipo de coisa.

Defendo a municipalização, inclusive com a possibilidade de incorporação dos que, hoje, estão no Liceu, para que não seja interrompido vínculo nem atendimento. É possível a incorporação no espaço da Prefeitura. É possível fazer isso.

Então é muito possível que consigamos ter um apoio a uma escola histórica, sem fazer *voucher* da Educação. E isso é uma coisa que eu gostaria de debater com vocês. O que está acontecendo, hoje, na minha opinião, inclusive pela falta de transparência...

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) –** Concluindo, Vereadora Luana.

**A SRA. LUANA ALVES –** Concluindo, Vereador Celso, é que está se tentando utilizar um caso específico para tentar impor uma política neoliberal de *voucher* da Educação. E isso nós não aceitamos. Digo isso de forma muito fraterna com a comunidade do Liceu, para que também se atentem a isso.

A municipalização não é o fim dessa escola, pelo contrário, seria uma nova fase, com respeito à sua história, com possibilidade de incorporação de todo o quadro que está hoje, para que tenham direito – direito – à toda segurança e estabilidade que o funcionário estatutário da Educação tem, o funcionário da escola pública tem e, assim, deve ser para garantir a permanência no território, para garantir o vínculo, para garantir a qualidade da educação. Qualidade da educação significa permanência. Professor que fica rodando é muito ruim; não é para mudar os quadros do Liceu para que eles sejam incorporados.

Então, isso é parte da proposta de municipalização, que eu acredito que deve ser discutida com transparência.

É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Vereadora Luana Alves.

O próximo inscrito é o Sr. Alexandre Schneider, de forma *on-line*. (Pausa). Está ausente. Professora Lara Simielli. (Pausa). Está ausente. Sra. Cristina Maria Oka, do MovPaulista, inscrita pelo *site*. (Pausa). Está ausente. Sr. Raimundo Pereira. (Pausa). Está ausente. Sr. Maciel Nascimento, do Fórum Municipal de Educação, de forma *on-line*. (Pausa). Está ausente. Tem a palavra a Deputada Federal Luciene Cavalcante, que também foi professora, diretora e supervisora da rede municipal de ensino há mais de 20 anos e é a primeira professora da rede municipal a ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados.

**A SRA. LUCIENE CAVALCANTE** – Boa tarde.

Na figura do Presidente da Comissão, Vereador Celso Giannazi, cumprimento todos os demais participantes.

Eu não podia deixar de participar presencialmente deste debate sobre como a gente pensa as finanças e como a gente atua no orçamento da Educação. Eu acho que a principal discussão é sobre o financiamento, sobre quem está pagando essa conta. É por isto também que nós estamos acionando o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal: porque são recursos vindos do MEC, de financiamento da educação, e a legislação é taxativa nesse sentido de que o dinheiro público tem que ser investido nas escolas públicas, e isso só acontece após muita luta do movimento em defesa da escola pública.

É importante dizer ainda o que significa uma escola pública. Além do financiamento com verba pública, a escola pública tem outras características devido à missão que ela tem na sociedade, no nosso ordenamento jurídico, na nossa Constituição Federal, que é uma Constituição cidadã. Na escola pública, só trabalham pessoas que ingressaram via concurso público; são servidores públicos. Está aí o escândalo das joias para mostrar a importância de haver servidores públicos atuando de forma independente.

Na escola pública, não existe a relação de mando. Tanto eu como a Professora Marta, Diretora Regional que está me acompanhando, somos servidoras públicas. Isso é gestão democrática, que não existe em um equipamento privado de ensino. E por que não existe? Porque, como o Vereador comentou, se houver um dissenso – algo que é saudável em um debate –, o profissional é mandado embora, porque não existe a possibilidade de escuta das famílias e muito menos dos profissionais da educação que ali estão, que têm que seguir as ordens que lhes são dadas.

Portanto, para ser pública, certos requisitos têm que ser seguidos pela escola, equipamento necessário aos filhos e filhas da classe trabalhadora para que a gente mude a história. Com base em um censo da própria Prefeitura, o Distrito da Sé tem o maior número de bebês, crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua; mais de mil. Desse total, 700 têm até 12 anos. O número de bebês e crianças até os seis anos que estão morando na rua chega a ser de mais de 400.

Muitas situações emergenciais acontecem na nossa cidade e mais ainda na escola pública. A gente não aguenta mais sofrer, Secretário, com a falta de políticas públicas para a implementação da educação inclusiva. A gente não aguenta mais o fechamento sistemático das turmas da EJA, um absurdo e um crime contra a nossa juventude e contra os nossos idosos. Além dos problemas gravíssimos também na rede parceira, há falta de gestão democrática. Ainda que agora haja uma instrução normativa que garanta o Conselho de Escola, que é, sim, um avanço em uma luta que a gente sempre travou, existe a natureza do cargo de professor, que impede o debate franco, porque, caso falem, são mandados embora. Há um alto número de estudantes, de crianças por sala de aula, e os professores estão adoecendo de forma sistemática. A gestão das escolas está sufocada, tamanha a burocracia.

Então, é, sim, um cenário de emergência, e as escolas públicas estão precisando muito de ajuda. Nós estamos ainda em um estado de pandemia, mas ainda sem acesso aos dados do seu impacto na rede educacional pública de São Paulo, da qualidade da educação, do que vai ser feito de fato dos estudantes que ainda não voltaram para as escolas. É uma situação

bem grave. Como as Vereadoras Luana e Elaine já pontuaram, há falta de transparência no processo, uma negociação que se deu no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e que não passou pelas nossas discussões mais amplas. Isso é muito complicado.

Como supervisora de carreira, eu acompanho o sistema direto de educação, o sistema particular e o sistema da rede parceira, acompanhei muito o setor do Centro e sei que há várias escolas particulares de 30, 40 anos que estão fechando, que estão quebrando por conta da pandemia. É um fato aliado à falta de políticas de investimento na região.

Portanto, é necessário que a gente fale, sim, sobre isso, e esta audiência é muito importante para nós reafirmarmos o nosso princípio de que o dinheiro público precisa estar dentro das escolas públicas, a serviço do conjunto da população. Sem uma escola pública forte, a gente não vai conseguir sair desse buraco, porque a gente está em um buraco, em um caos social. Lembrando sempre que as pessoas mais prejudicadas deste país têm certo gênero e certa raça.

Para terminar, parablenizo a iniciativa deste debate, que está me permitindo mostrar as ações do meu mandato federal, que acionou o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas para acompanhar a situação de parceria com o Liceu.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Deputada Federal Luciene Cavalcante, pelos apontamentos importantes.

O próximo convidado é o Professor Daniel Cara. (Pausa). Não está presente. Professora Iracema Santos do Nascimento. (Pausa). Não está presente.

Antes de eu chamar o próximo convidado, eu gostaria de comentar, porque não quero deixar passar batida, uma atitude da Vereadora Cris Monteiro, que infelizmente já deixou esta audiência. Ela usou o termo “fantoche” para dizer que nós estávamos criando uma inconstitucionalidade. E não é isso. Eu gostaria de ter a oportunidade de lhe falar pessoalmente que faltou uma leitura mais apurada da Constituição Federal. Aqui não há fantoche algum.

A próxima inscrita é Sra. Francisca Gil, do SINPEEM, de forma *on-line*. (Pausa) Sra. Mayara Paiva, também de forma *on-line*.

**A SRA. MAYARA PAIVA** – Boa tarde.

Eu sou mãe de aluno do Liceu. Tenho uma filha estudando no EMEI. Minha filha... Eu tenho duas filhas e elas estudam na rede pública desde que nasceram, desde os primeiros meses de idade. E como mãe, eu acho que uma parceria como essa é muito vantajosa. Eu vejo a minha filha sendo acolhida com carinho, com respeito.

Apesar de a escola ser administrada por uma instituição católica, eu sou evangélica e eu vejo que a minha filha é tratada de forma laica. Então, ela tem uma educação de qualidade. Ela tem carinho. Ela tem respeito. Ela tem cuidado. E, além de tudo, ela tem educação integral. Eu, como mãe – é muito difícil para trabalhar e ter em quem confiar a minha filha, e eu não sou a única. É difícil, para a gente, o acesso a uma educação integral. São limitadas essas vagas. Eu tinha de pagar uma cuidadora para ela, fora a dificuldade, porque quando a minha filha estudava no CEU – antes de ir para o Liceu, ela estudava em um CEU – era muita falta, entre outras situações.

Então, ter um lugar onde confiar a minha filha em período integral e que eu possa trabalhar centrada, confiando que a minha filha está segura, que a minha filha está sendo bem cuidada, que a minha filha está sendo bem alimentada, para mim, como mãe, é muito importante. E o Liceu está proporcionando isso. Eles acolhem bem, eles cuidam bem, eles educam bem. Eu percebo que a minha filha, no pouco tempo em que está no Liceu, até diminuiu um pouco a agressividade do jeito que ela falava, porque as crianças são reativas, e ela diminuiu.

Então, o dinheiro público é o dinheiro dos nossos impostos. Eu defendo, sim, que haja fiscalização, mas uma instituição séria, como eu acredito que o Liceu seja, não tem medo de fiscalização, porque se você faz tudo de forma correta, de forma lícita, você não tem medo de fiscalização. Então, se o problema é: “olha, pode ter desvio. Pode ter isso”. O.K, fiscalizem. Se você fiscalizar, se você auditar, você não vai precisar ter medo dessas situações.

Então, eu, como mãe, defendo o Liceu, que é uma escola íntegra, que é uma escola acolhedora, uma escola de qualidade. E, neste momento, ela está somando para a educação da minha filha. Tudo pode ser melhorado. Então, hoje, é um projeto pioneiro. É a primeira vez que tem isso. E, neste momento, talvez se der certo essa parceria, isso possa se expandir para outras

escolas, por que não? Porque, eu vejo, por exemplo, a minha filha. Ela estudou sempre no CEI. A minha outra filha estuda no CEI. Inclusive, a minha filha que estuda no Liceu passou por um CEI que foi fechado, porque foi constatada irregularidade e a unidade escolar foi fechada, porque houve fiscalização.

Então, se há fiscalização, se há uma auditoria disso, eu defendo essa parceria, porque as parcerias do CEI são muito boas e a parceria do Liceu eu só tenho elogios a fazer porque está sendo muito engrandecedor para educação, para o cuidado com a minha filha, que é o meu bem mais precioso.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Está ótimo, Mayara, mãe de aluno. Muito obrigado.

Próxima da lista é Juliana Tamires de Souza Pires. (Pausa). Está ausente. Próxima da lista é a Sra. Grayce Lopes. (Pausa). Está ausente. Próxima da lista é a Gabriela de Souza Soares. (Pausa). Está ausente. Próximo da lista é o Sr. Marco Biaggi.

**O SR. MARCO BIAGGI** – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade.

Eu não pedi, mas eu aceito a palavra, porque vi que o Liceu foi tratado com muito respeito pela maioria das pessoas que se pronunciou nesta audiência, e quero agradecer de coração.

Só quero dizer o seguinte: nós somos da sociedade. Nós somos comprometidos com a causa social. Nós não somos só escola. A escola é um departamento dentro de um contexto. Nós somos abrigo de catadores de papel, que temos um convênio com a Prefeitura. Somos creche. Somos sede de uma reitoria de um centro universitário, aqui neste quadrilátero. Tudo isso no quadrilátero. Sede da Província Salesiana do Estado de São Paulo. Paróquia do Sagrado Coração de Jesus. Museu da Obra Salesiana de São Paulo. Centro de promoção social e desenvolvimento social que oferece cursos gratuitos aqui, no Alto da Lapa e em Campos do Jordão. Temos uma porção de utilidades e a escola é uma delas.

Nós vimos interromper a escola no particular, no ano passado, porque estávamos com 193 alunos. Não dá para manter essa estrutura com 193 alunos. Destes, os 40% gratuitos,

porque nós sempre fizemos a gratuidade por causa da filantropia, além do que é exigido por lei. Estamos muito comprometidos com a sociedade.

Agora, quando nós abrimos essa possibilidade que, ao interromper por dois anos a nossa escola, pensando em uma recuperação do bairro para depois reabrir a escola particular, fomos conversar com vários parceiros, inclusive com a Secretaria Municipal de Educação, que nos trouxe esse grande presente, essa grande alegria de ter essas crianças conosco, porque é a nossa missão: com os mais necessitados. E nós não poderíamos oferecer uma escola gratuita sem uma parceria com o Poder Público, porque dinheiro do imposto dos pais investindo na educação dos filhos: isso é muito bom.

Então, eu só queria dizer muito obrigado pela oportunidade. Não queremos criar confusão. Não entendemos essa parte toda da questão de legislação e organização municipal, mas não queremos criar nenhuma confusão com ninguém. Gostaríamos de prestar o serviço de qualidade para aqueles que mais precisam.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Padre Marco Biaggi. Nós também, todos nós nos solidarizamos, aplaudimos essa iniciativa social da Comunidade Salesiana. É muito importante para a cidade, para o território. Nós nos solidarizamos com esta causa social.

A próxima inscrita é a Mônica Teotônio. (Pausa)

E, para terminar a lista, Sra. Eudes Aparecida. (Pausa)

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Presidente Celso Giannazi.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Pois não, Vereador Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Posso fazer uma breve pergunta ao Padre Marco Biaggi?

Hoje, então, são 500 estudantes ali matriculados e que estão assistindo às aulas. Mas houve a informação de que as matrículas em uma semana acabaram. Se, porventura, houver avaliação da necessidade de ampliar o número de estudantes, e tendo em conta que,



pela informação que me foi dada, já chegou o Liceu Coração de Jesus a ter 2 mil alunos, se a Prefeitura, o Secretário Municipal da Educação, avaliar que seria, de que poderá ser interessante até ampliar o número de vagas na escola, pelo conhecimento e percepção do Padre Marco Biaggi isso seria factível, digamos, para um próximo ano? Essa é a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Deixa eu só colocar: nós temos lá, conhecemos bem aquela região também, temos ali espaços, Sra. Marta, Dirigente da DRE Ipiranga, que é responsável pela região, temos lá, por exemplo, fizemos algumas representações, alguns comunicados, ofício, temos escolas e terrenos ali para construção de escolas públicas e não vi nenhum movimento até hoje.

Temos, ali, do lado do Alceu Maynard, uma base da Guarda Civil Metropolitana, que foi derrubada, mas os dejetos e todo o entulho continuam lá, os ratos ainda pulando para dentro da Escola Alceu Maynard, e não há um projeto, não temos um plano de investimento da construção de novas escolas e, ali seria um belo dum espaço. Temos um Senai ao lado, uma ETEC, seria quase que para construção de um CEU. Caberia um CEU naquela região.

Mas, enfim, temos essa possibilidade também, só precisa ter vontade política. Então vou passar para o Secretário Adjunto Bruno para que dê seu depoimento. Secretário Adjunto Bruno Correia, por favor. Ele é também servidor público e isso nos conforta bastante, porque o senhor sabe do lugar que estamos falando, da importância de termos servidores públicos. A Deputada Federal Luciene Cavalcante colocou muito bem e, agora, vemos nesse momento, exatamente nesse momento em que estamos vivendo da conjuntura nacional, o quão importante é a presença de servidores públicos estáveis, podendo fazer e desenvolver o seu trabalho, suas funções, com independência, com estabilidade.

O Secretário está aqui, já acionamos, o Secretário está há pouco tempo na Secretaria de Educação, mas já levamos várias pautas e tenho de fazer esse testemunho; o Secretário ouviu muitas das pautas e temos de entender o lugar dele. Sabemos que o lugar dele é de Secretário Adjunto, ele não pode tudo, a cidade tem um Prefeito, a cidade elegeu um Prefeito que tem uma política determinada e vai seguir aquela política. E ele é o Secretário Adjunto da

Secretaria Municipal de Educação, mas tem sido transparente, tem sido democrático e tem atendido muitas das pautas que temos levando em defesa da escola pública. Secretário, por favor, a palavra é sua, até cinco e meia da tarde estamos aqui para ouvi-lo. São várias as anotações que o Secretário fez... (Pausa) Só um minuto, por gentileza.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Ah, O.K. Secretário, por favor, antes, o Padre Marco Biaggi vai responder ao Vereador Suplicy. Depois, a palavra é sua.

**O SR. MARCO BIAGGI** – Agradeço a pergunta do Sr. Suplicy, a quem admiro muito pelo compromisso dele com a causa social.

Digo que estamos abertos para trabalhar junto, com a sociedade, e se houver necessidade de ampliar até 2 mil vagas, esse ano já queríamos ter ampliado. Depois, a Prefeitura disse: "Não, vamos devagar, porque precisamos conversar e amadurecer bem o projeto", mas temos salas livres, esse ano, que poderíamos estar acolhendo mais crianças, apenas a condição, pois que vi a municipalização do ensino, temos de conversar muito, porque nossa associação, nossa congregação, insistimos em ter os educadores salesianos, para que possamos manter o nosso ritmo salesiano. E a isso cabe um diálogo mais aprofundado.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Padre Marcos Biaggi, vamos discutir, depois, sobre a gestão democrática, que está no Plano Municipal de Educação, está na Constituição Federal, no Plano Estadual, no Plano Municipal de Educação. Temos um programa, o que não temos é os profissionais, tem comunidades que não há conselho de escola, então, é uma discussão muito mais profunda.

Vamos passar, então, ao Secretário Bruno que vai nos responder e, assim, chegarmos em um termo desse assunto que é bastante complexo.

**O SR. BRUNO LOPES CORREIA** – Boa tarde a todos e todas.

Cumprimento, primeiramente, o Presidente Vereador Celso Giannazi, agradeço

imensamente suas palavras, saúdo nossa Deputada Federal e servidora pública Luciene, nosso Vereador Nunes Peixeiro, Vereadora Elaine, nosso Senador, Deputado, Vereador Eduardo Suplicy, a Professora e Vereadora Silvia da Bancada Feminista, e o meu querido companheiro de jornada de Estado, também servidor público, como eu, Coronel Salles, meu Vereador dessa Casa.

Queria cumprimentar ainda, embora não esteja, mas, para deixar registrado, todos os membros dos órgãos de controle, em especial os doutores do Geduc do Ministério Público, o Dr. Adriano, do TCM, o nosso querido Dr. Gustavo, da Defensoria.

Além disso, queria cumprimentar também todas as entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras. E também quero saudar, certamente, as famílias que puderam falar e os colegas e parceiros da Instituição Liceu Coração de Jesus, minha Diretora Regional Marta, minha Coordenadora Fátima, de Coged. Amigos e amigas.

Hoje é um dia muito importante para que possamos esclarecer, de uma vez por todas, algumas dúvidas. Inovar, na Administração, sempre é desafiador, fazer algo diferente que possa trazer um resultado.

Queria dizer para cada um de vocês que sou filho da escola pública. Estudei meu ensino médio em uma escola técnica federal. Depois, fui parar em outra escola pública, à qual devo muito, que é a Universidade de São Paulo. Fiz Gestão de Políticas Públicas e devo, ainda, meu Mestrado a outra escola pública, a Universidade Federal do ABC.

Chegar na Educação, a convite do Secretário Fernando Padula, com a confiança do Prefeito Ricardo Nunes, foi uma grande alegria, mas também um desafio enorme para um servidor da carreira de Analista de Políticas Públicas em Gestão Governamental, que é o que sou, na Prefeitura. Passei doze anos no Estado, também como servidor e, depois, por esse concurso na Prefeitura. Então, já chego em uma grande missão que é justamente discutir política pública nessa cidade e discutir política pública de Educação.

Assim, com o conforto acadêmico e teórico que temos, com todos os debates, acalorados ou não, há um modelo de Estado que vem mudando ao longo dos últimos anos.

Trouxe uma referência minha, sempre de cabeceira, que é o Dicionário de Políticas Públicas, que é de uma fundação governamental, da qual fiz parte, a Fundap, extinta. Mas esse Dicionário de Políticas Públicas tem vários verbetes que podemos trazer como o verbete da escola pública.

O verbete da escola público, escrito por uma professora livre-docente da Universidade de São Paulo, Professora da Faculdade de Educação, Carlota Boto, diz que: "não se pode compreender a escola, sem conhecer e analisar o Estado que a constitui". E, por outro lado, não basta conhecer a história do Estado para compreender a história da escola. A nossa escola, da Rede Municipal de Ensino, cada unidade tem sua história.

Não estamos querendo modificar a história de nenhuma escola, o que estamos discutindo, hoje, é uma proposta com a sociedade, que vem, sim, sendo transparente, aberta, republicana, por isso estamos aqui e, sobretudo, ao longo dos últimos seis meses, a sociedade acompanhou, livremente, e o Sr. Prefeito se manifestou, o Sr. Secretário também, eu mesmo, como Secretário Adjunto, muitas vezes, o que estava sendo discutido em relação ao Liceu Coração de Jesus.

Como já foi dito por eles, não foi uma opção salvar ninguém de nada. A Prefeitura não é um banco. A Prefeitura não é um lugar para salvar ninguém. Quem salva pessoas é o Corpo de Bombeiros, são outros agentes. Nós não salvamos absolutamente ninguém, nós executamos políticas públicas.

Então, quando aconteceu o fato, o anúncio do Liceu Coração de Jesus, de que iria encerrar, suspender as atividades educacionais, a Prefeitura viu uma oportunidade. E, em Gestão de Políticas Públicas, há um grande teórico chamado John Kingdon que diz sobre "formação da agenda política".

A formação da agenda, por que um tema na agenda pública? Como é que as políticas públicas são feitas? E, grandemente, o John Kingdon traz a concepção dos atores estatais, da sociedade civil, um problema e um tomador de decisão. Essa reunião de atores e conjunturas faz com que um tema suba na agenda. Um fato crise, como o caso, tristemente, de São Sebastião, leva as autoridades, às vezes chamam a atenção das autoridades, e ele discorre

longamente nos seus diversos artigos sobre o tema.

Então, o que acontece? O Poder Público, sim, ficou atento quando o Liceu decide suspender suas atividades, isso é público. O Prefeito, o Secretário Padula e eu fomos ao Liceu e passamos a dialogar, entender, conhecer a história do Liceu Coração de Jesus e, sobretudo, nos aprofundar na questão educacional, observando como estava a realidade ainda mais de perto. Vocês sabem, 12 milhões de pessoas nesta cidade, uma cidade-país como São Paulo, merecem muitas vezes chamar a atenção dos seus governantes o tempo todo, e é isso que a Câmara, com seu Parlamento, e o Congresso Nacional fazem. Não é humanamente possível olhar tudo ao mesmo tempo, com a mesma destreza, habilidade, profundidade.

Então, quando acontece o fato Liceu Coração de Jesus, a Prefeitura, como Poder Público, passa a observar o que está acontecendo amiúde, em termos educacionais, naquela região. Não há falta de vagas, é importantíssimo dizer isso. Não há falta de vagas. Então, essa não foi a motivação do Liceu Coração de Jesus para procurar uma entidade sem fins lucrativos. Tampouco, é importante dizer, não se trata de pagamento de *voucher*, o modelo já discutido nesta Casa sobre o Mais Creche, ou qualquer outra coisa.

Então, o que a Prefeitura passou a entender e conversar com todos os seus corpos administrativos e jurídicos? Esse processo foi sendo dialogado. E hoje, o que se tem durante seis meses? Esse debate estava público. Estranha-me um pouco, às vezes, as pessoas dizerem que não houve transparência ou não houve diálogo, não houve debate, porque nós também, ao longo desses seis meses, nunca fomos questionados, exceto pela mídia, sobre o que era o Projeto Liceu Coração de Jesus. E todas as respostas foram dadas: estávamos estudando uma possibilidade de parceria.

Pois bem. Nesse processo, restou uma análise a partir de um confronto, evidentemente, de procuradores também de carreira. O processo perpassa vários servidores de carreira que assinam esse documento dando a base legal contida em diversos artigos da Constituição, que vou citar, e alguns já foram citados.

Vou primeiro falar do modelo. É um modelo educacional de uma escola pública. E, aí

trago o conceito da professora Carlota, partindo disso, mas olhando quais são as atividades tipificadas nessa escola. Essa escola tem uma Supervisão Escolar feita por quem? Por servidores públicos de carreira da Diretoria Regional do Ipiranga. A formação de professores, feita pela Diretoria Regional do Ipiranga, pela sua DIPED. Todos os professores, corpo dirigente das duas escolas – a EMEF e a EMEI – foram formados pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

O modelo da prestação de serviços adicionais, acessórios, de apoio, como alimentação escolar, uniforme, material escolar, transporte a todos os estudantes, todos eles seguem exatamente o mesmo modelo que a Prefeitura oferece em sua rede. E, aí, eu preciso dizer: a nossa posição enquanto Prefeitura, enquanto Secretário é que não há a rede parceira e a rede pública. Só há uma rede: a rede pública municipal de ensino com unidades diretas, com unidades indiretas e unidades parceiras. O que varia nisso? Alguns componentes da gestão da política pública; de alguma maneira, em alguns casos, os prédios indiretos. Vocês sabem: o prédio é da Prefeitura, e na parceria, o prédio é alugado.

E, aí, além desse modelo de administração, que é por uma rede pública única, como é que se dá a distribuição de matrículas nesta cidade? A partir das solicitações de cada uma das famílias. Então, é importante dizer que não houve transferência de nenhum estudante para lá. As pessoas moram lá, é lá que elas habitam. Acho que isso ficou bem claro ao longo de várias falas. Não há um vazio ali da perspectiva de moradias. A gente quer reocupar o Centro, esse é todo um projeto da Prefeitura Municipal de São Paulo, de trazer cada vez mais as pessoas para o Centro.

Ao mesmo tempo, por outro lado, havia sim um vazio educacional de tempo integral. Não havia, não há nenhuma escola na região, municipal ou estadual, de tempo integral na região. Isso é uma demanda, um clamor da população, que sai de um atendimento de 10 horas e vai para uma EMEI de 6 horas; que vai para uma EMEF de 5 horas. Então, quando a gente traz a parceria com o Liceu Coração de Jesus, esse é o grande olhar da Prefeitura. O Plano Municipal de Educação reza isso, nos obriga isso, a sociedade pede mais escolas de tempo integral.

Como se viabiliza isso? Você precisa aumentar a sua capacidade de oferta. Portanto,

quando a gente tem as unidades que são parceiras, e se a gente considerar que elas não são públicas, a gente tem um problema severo, porque, estou dizendo, mais de 300 mil pessoas não passaram pela rede municipal de educação. Elas passaram por qualquer outra coisa, mas não passaram pela rede municipal de educação. A Prefeitura gastou 4 bilhões de dinheiro público para uma educação que não é pública. É disso que estamos tratando? Não é. Porque a cidade tem um currículo, a cidade tem supervisores escolares. E muito me entristece ver colegas muitas vezes dizendo de fiscalização.

Quem está na rua são servidores públicos, acompanhando os servidores da Supervisão Escolar; todos os servidores do Tribunal de Contas olhando as contas, a Câmara. Então, quer dizer: sempre há espaço para melhoria, nós não estamos dizendo que não; mas não podemos nos furtar a dizer aquilo que funciona. A cidade de São Paulo, se dependesse apenas da Administração Municipal para construir unidades, ter servidores públicos e além disso todos os demais elementos, até a limpeza fosse pública – isso já foi discutido há mais de duas, três décadas no Brasil, alguns defendem, e é possível o debate, é possível a defesa –, mas nós não acreditamos nisso. Eu não acredito que um servidor hoje deva ser servidor concursado para fazer o trabalho da limpeza. Eu não acredito. Outras pessoas podem acreditar, e é possível respeitar.

Portanto, o que se tem hoje na Administração Pública Municipal é convivência de modelos de gestão em prol de uma única educação, educação pública. Digo então que não é *voucher*, não é privatizar, não foi salvar Liceu. Eu preciso dizer para vocês: eu também defendo o processo de municipalização, como vocês dizem, e por quê? Porque ela já é municipal. A escola tem “eme”: EMEF – Escola Municipal. O que se tem ali dentro são algumas competências que são delegadas ou parcerizada, de um processo de publicização natural, que há mais de décadas no Brasil acontece em muitos setores, como a saúde. Se a gente entrar em uma UBS da cidade de São Paulo e disser que eu não estou na rede pública, eu estou dizendo para milhares de pessoas, milhares de trabalhadores que o SUS deveria fechar. Quer dizer, eles não trabalham no SUS. Quem aplica a vacina no nosso braço não é um trabalhador concursado; e

isso deixa de ser política pública? Não, não deixa de ser política pública. A política pública é um conjunto de ações feitas pelo Estado condutor em parceria com a sociedade civil ou muitas vezes com suas demais contratações.

Além disso, a gente precisa dizer: essa rede única trabalha, então, com esse currículo único da cidade, com essa supervisão direta. Eu tenho, hoje, no Liceu, a possibilidade não só de ter 500 vagas, como a gente discute, em relação a EMEI, EMEF e Liceu Coração de Jesus, mas isso permitiu mais 126 atendimentos em tempo integral na EMEI João Theodoro, muito próxima à região da Luz, que também agora as famílias têm possibilidade de atendimento maior.

Além disso, conforme a gente consegue estabilizar a rede – vocês sabem que a rede é uma rede viva, entram e saem pessoas todos os dias, elas se mudam de lugar –, a gente prevê que no próximo ano seria possível transformar mais duas escolas também em tempo integral; e, por isso, a gente passaria de mais mil vagas na região central para atendimento de famílias em horário estendido.

É um modelo único. Nós não estamos nos furtando, não estamos dizendo que não é um modelo singular, que não é uma questão que mereça o debate público; de fato, é. Porém, ele realmente não é um modelo que a Prefeitura de São Paulo deseja implantar. Não é uma política de Estado, essa prática de “vamos então fazer termos de fomento pela cidade para fazer esse tipo de atendimento”. Isso é importante ficar registrado. A ação do Poder Público se dá a partir dessa observância da região. Há uma série de habitações novas sendo construídas, além das que já moram lá. Há equipamentos públicos. O Pérola Byington, acabou de ser inaugurado um hospital, construído por meio de PPP e que também não deixa de ser também público, embora tenha sido construído por parceria público-privada.

Além disso, a gente tem uma *expertise*, uma tradição e uma vocação dos espaços da instituição, que já era prestadora, parceira da Secretaria Municipal de Educação no CEI. Então, a gente precisa dizer o que é a escola pública. A Administração Pública é formada por pessoas como eu, como o Celso e tantos outros que são de carreira. E a gente advoga pelo concurso público. Nós, nos últimos anos, chamamos mais de 6 mil concursados dentro da



Secretaria Municipal, e há um concurso de mais 3 mil. Esse é o bom diálogo que a gente tem feito, em especial o Vereador Celso Giannazi. Além disso, a gente tem outros tipos de servidores que não são de carreira, são comissionados na Prefeitura. E muitos aqui, na Câmara, também são comissionados. Além disso, a Administração Pública vale-se desses processos de publicização ou de terceirização para gerir a coisa pública.

Então, olhando as competências, é uma imbricação. Não é um Liceu fechado totalmente. Nesse modelo, a gente tem responsabilidades da Secretaria, como a supervisão, a formação, alimentação, uniforme, material, transporte, uma parte do corpo de RH. Os AVEs são o corpo especializado que a Prefeitura coloca lá dentro, treinado. Os estagiários, os materiais pedagógicos são todos da Prefeitura. Também, o uniforme – como já falei –, a tecnologia da informação, os sistemas de acompanhamento, o SGP, a frequência. Eles irão fazer, nos momentos corretos, todos os instrumentos avaliatórios, a sondagem, a Prova São Paulo, para que a gente consiga garantir essa mesma unidade.

O que diverge entre os modelos? O RH. Estamos dizendo que o RH muda, contamina esse modelo, tira o caráter público da escola? Eu não acredito. Portanto, nós ouvimos uma série de especialistas e, sobretudo, a Procuradoria Geral do Município e nós temos embasamento, desde o artigo 6º; são direitos sociais e já era um trabalho. Até o Padre Marco disse do amplo trabalho social que se faz, e a educação é um desses trabalhos. Além disso, nós temos o artigo 23, que compartilha as responsabilidades da educação entre Estado, município. Nós temos todo o capítulo da educação, mas a gente se finca especialmente no 205, 208 e 211.

Primeiro, o artigo 205: a educação é direito de todos, dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. É dever da sociedade e, no caso do Liceu, já demonstra que se fazia esse trabalho, ainda que uma boa parte já gratuita, mas outra parte com fins lucrativos, cobrando algum tipo de pagamento. Além disso, a gente tem o 208, que coloca a obrigação da Prefeitura para a educação básica obrigatória dos quatro aos 17. O artigo 211 mostra que nós vamos atuar especialmente na educação infantil.

Não há nenhum tipo de pretensão da Prefeitura. Então, o modelo da Prefeitura é um

modelo diferente do CEI. Ele é inspirado no CEI, mas ele é diferente, diverge do modelo. Por isso, um termo de fomento proposto pelo Liceu a partir de quando a gente começa a dialogar, e de eles conhecerem o nosso modelo. Então, com o protocolo de intenções que o Liceu traz, como proposta de administração, a gente passa a refletir e cogitar a possibilidade de firmar esse termo, que foi analisado de novo, repito, por todos os órgãos de controle internos da Secretaria, pela Procuradoria.

Em relação ao aluguel, é importante dizer que há uma lei municipal. Além da Constituição, é importante todo o marco regulatório que já foi dito, as portarias e a Lei Municipal 17.719, de 26 de novembro de 2021, que permite o pagamento do aluguel para fins de manutenção daquele espaço ocupado pelo Poder Público; a Portaria SEGES 21 e a Portaria 4547 da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Secretaria, que trata da parceira na educação.

Voltando ao nosso ponto fundamental: todos os recursos são da Prefeitura Municipal de São Paulo, Tesouro Municipal. Não há recursos, Deputada Federal Luciene; não é nenhum recurso, nenhum centavo do Fundeb, não há recursos de outras fontes da União. Todos os recursos foram utilizados por parte da Prefeitura. Além disso, é importante dizer que o relato da Mayara, da mãe, me chamou muito a atenção, porque é um relato vivo. Ela passou pelo CEI, ela tem um caso onde o CEI foi fechado, o que prova que os controles estão funcionando. De alguma maneira, eles estão na cidade de São Paulo funcionando. A gente tem a fiscalização, as denúncias acontecem. Outra entidade acaba assumindo essa prestação de serviço.

Todos os nossos estudantes estão com vaga assegurada, a gente não tem descontinuidade da prestação de serviço. Nós hoje já conseguimos alcançar a cidade sem fila de creche, com mais de 300 mil atendimentos. Da mesma forma como somos *case* de sucesso nas unidades diretas, somos *case* de sucesso nas unidades parceiras ou indiretas e também na rede municipal. Muitos, e muitos, e muitos estudiosos e gestores procuram para entender como a Prefeitura de São Paulo e a sociedade paulistana conseguiram. Isso é um mérito da sociedade paulistana, que conseguiu. Câmara, Executivo, todo mundo, Judiciário, porque o MP também trabalhou fortemente nisso, a Defensoria. São atores da sociedade que olharam para um

problema e disseram: vamos resolver esse problema e não podemos mais ter fila de creche. E, da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal reconhece isso como um direito indissociável dessas famílias.

Então, é importante dizer que foram mais de 500 descredenciamentos ao longo dos últimos três anos. “Ah, isso pode ter muita conotação das máfias, da mercantilização, etc.”; a gente não acredita nisso. Eu acredito realmente que às vezes pode haver problema, não estou dizendo que ninguém é capaz de desviar recurso público; muito pelo contrário, a gente conhece infelizmente a realidade em que a gente vive. Caráter, a gente não consegue falar do outro, cada um tem que falar por si. Mas é importante dizer que muitas vezes são instituições pequenas que deixam prestar a qualidade do documento, não entendem a gestão pública, porque é complexa. Então, quando a gente encontra o Liceu Coração de Jesus, com a sua experiência, com a sua vocação, faz sentido para a Prefeitura fazer a parceria.

---

Então, é um modelo singular, único, exclusivo. A gente tem ali o atendimento para essas famílias e crianças em uma região de vulnerabilidade. São muitas, mas aquela região em especial, de fato, como a deputada colocou, muito especial, a gente precisa ter mais atenção. A criança mais tempo na escola garante a alimentação saudável, mais uma refeição, e a gente tem todos os dados, são pessoas que realmente moram no entorno. As pessoas moram naquela região.

E, aí, eu preciso entrar em outras pautas, rapidamente, para poder também dizer das outras coisas que foram trazidas. A Prefeitura Municipal de São Paulo não deixou de investir em uma coisa em detrimento da outra. Nós acreditamos que orçamento cresce, a cidade vive hoje um bom momento econômico nas suas finanças. Portanto, a gente consegue fazer mais. Então, com o orçamento da educação, de 20 bilhões de reais, não é possível que a gente não consiga fazer mais. E estamos fazendo. Uma parte desses recursos, no ano passado, foi de 2 bilhões de reais em investimentos. Então, estou falando de construção, ampliação, reforma de escolas, aquisição de equipamentos para as escolas; 2 bi em 2022. É um investimento recorde, olhando para o orçamento da cidade de São Paulo.

Além disso, como eu disse, investimos nos concursos públicos, trazendo mais servidores. Nós aumentamos o PTRF, o dinheiro que vai lá para o diretor da escola. Me incomoda quando alguém fala que não há dinheiro para comprar uma luva, e as escolas hoje têm 84% a mais no seu orçamento. Foram 600 milhões de reais para cada uma das unidades escolares. A escola que não há dinheiro talvez tenha um problema de gestão. Não estou dizendo que é um problema de dinheiro, mas problema de gestão: como administrar esse dinheiro, como gastar esse dinheiro. E a gente tem investido na formação, também, dessas equipes, em um processo para tornar essas escolas cada vez mais equitativas também na distribuição de recursos.

Nós cumprimos, sim, o mínimo constitucional em 2021. Em 2022, o Plenário do Tribunal de Contas se pronunciou sobre isso. Acho que a gente não precisa ficar trazendo elementos que não dialogam com aquilo que é público e verdadeiro. Acho que a gente, no debate, pode fazer a partir das coisas que são verdadeiras. Então, é verdade. Podem procurar o Tribunal de Contas, cujo Plenário já se manifestou e decidiu pela aplicação constitucional do mínimo.

Nós temos a questão da vulnerabilidade. O NAAPA foi um grande investimento nosso. Nós duplicamos as equipes e estamos ainda contratando mais pessoas, colocando mais gente para apoiar essas equipes que fazem as itinerâncias para cuidar das vulnerabilidades.

A Educação Especial: Cefai, PAEE, AVE, Estagiário. São 60% a mais, Vereador; saímos de 1.200 para 1.900 AVEs nesse período. Neste ano, se faltar AVEs nas escolas, teremos que entender o que está acontecendo, porque nós fizemos um investimento grande nisso e nós estamos abertos sempre para o diálogo nesta gestão do Secretário Padula e do Prefeito Ricardo Nunes.

Da mesma forma que aumentamos o número de AVEs em 60%, aumentamos também o número de estagiários, porque a gente sabe que, às vezes, é difícil chegar na ponta, mas a gente tem feito feirão, mutirão e campanha. Então, por favor, nos ajudem, contem para esses meninos e meninas que eles podem e devem, porque a rede municipal é grande e é um espaço maravilhoso de formação. Nós acreditamos na nossa rede e não há nenhuma hipótese

de a rede municipal de educação não ser defendida por mim, pelo Prefeito e pelo Secretário Fernando Padula, porque nós acreditamos e investimos muito na educação e trabalhamos para garantir aprendizagens. A primeira delas é não ter ninguém fora da escola. As demais são a inclusão, a equidade e a diversidade. Esses são os nossos princípios e o currículo da cidade.

Além disso, quero falar sobre o TEG, Rede Viva. Eu já disse isto muitas vezes, inclusive para imprensa: é difícil, pois sempre há um caso e sempre vai ter. É importante que vocês nos tragam – Parlamento, sociedade civil organizada, famílias – porque nós saltamos de 90 mil para 110 mil atendimentos; 20 mil crianças a mais sendo transportadas diariamente, um crescimento de 42%, de 2022 para 2023. Quando a gente pega um caso localizado, eu posso dizer isso olhando para cada um dos pais que têm os seus filhos transportados, eu tenho certeza de que eles foram atendidos.

Pode ter gente de fora, mas são casos pontuais, e nós vamos resolver. Podem ter certeza de que a Prefeitura não tem medido esforços na ponta, na escola, e eu tenho certeza de que os nossos diretores avisam os pais que têm direito ao TEG. Eu tenho certeza também que as Diretorias Regionais, quando detectam esse problema, alocam o estudante na van, da mesma forma que a gente solicita o transporte. Hoje são mais de quatro mil vans prestadoras de serviço credenciado no DTP.

Então, não é para faltar, porque nós temos os recursos. A política pública está aberta; existe o regramento. Famílias, peçam e avisem se o seu direito está sendo descumprido, porque nós vamos agir, atuar e, se for o caso, responsabilizar. De fato, nós acreditamos que a criança precisa morar perto da escola; porém, se ela não morar, ela tem o direito assegurado ao transporte público. Inclusive, no ano passado, o Prefeito diminuiu de dois quilômetros para um quilômetro e meio a distância da moradia até a escola, porque a gente acredita que qualquer esforço desse estudante – desde que seja possível dentro da Administração, obviamente – possa garantir a qualidade da sua aprendizagem.

Além disso, eu quero dizer que a gente só paga o CEI Per Capita. Se a criança está frequentando, se está matriculada, aí ela receberá o Per Capita. Se a criança não estiver, não

receberá. Por isso, não há desvio de dinheiro público em hipótese alguma, porque a gente verifica as matrículas e paga conforme o uso, e as entidades sabem disso. Isso quando não há a tal da sala congelada, algo que deixa os professores em uma situação bastante desconfortável e a gente sabe. No entanto, a rede é dinâmica e precisa crescer e diminuir conforme as necessidades da população, e ela está preparada para receber esses estudantes. Quando há vagas disponíveis, obviamente essa criança é matriculada.

Outra questão que quero comentar é sobre a Busca Ativa. É importante lembrar que a gente tinha as Mães Guardiãs, que cuidavam da parte do protocolo sanitário, e nós as trouxemos justamente para um trabalho de garantia de direitos. A Busca Ativa agora é escolar, e as popularmente chamadas Mães Guardiãs estão sendo nominadas de ABAEs – Agentes de Busca Ativa Escolar e, de 4.500, o número de mulheres subiu para cinco mil, todas orientadas pelos NAAPAs – Núcleos de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem e vão atuar – além das diretas, em que já atuavam, também nas unidades parceiras – no controle da frequência escolar e de tantas outras competências, como o diálogo, a medição de conflitos, a alimentação saudável. Tudo isso está publicizado no termo assinado por nós com o SMDet no POT.

Por fim, mais uma vez, eu agradeço ao Vereador Celso Giannazi pela proposição deste debate e dizer que nós estamos sempre abertos a esse processo de transparência, de diálogo e de comunicação com a sociedade.

Para encerrar, eu gostaria de pedir que fosse veiculado um vídeo nosso de divulgação de um programa que eu tenho no canal aberto TV Cultura, ao ar dos domingos, que mostra as boas práticas escolares de todas as unidades da rede municipal de educação, composta por quatro mil escolas frequentadas por mais de um milhão e 80 mil alunos. O vídeo mostra um pouco do que é o Liceu Coração de Jesus, cujo conceito eu espero ter podido esclarecer a todos os senhores e senhoras, pois foi distorcido pela mídia ou por outras pessoas, o que leva a sociedade a desacreditar que é a privatização e o *voucher* que vão salvar, mas, na verdade, não. O que nós estamos fazendo é política pública e eu acredito em todo o nosso currículo que está sendo aplicado a todos os nossos alunos que diariamente frequentam as

dependências do Liceu Coração de Jesus, que está aberto a qualquer pessoa que quiser visitá-lo para conhecer o projeto pedagógico da rede municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Secretário, antes do vídeo, eu gostaria de lhe fazer o apelo para que V.Exa. esteja mais presente, porque são muitos os problemas.

A partir de anotações que eu fiz, gostaria de fazer alguns apontamentos. Primeiramente, quero dizer que, pela minha experiência como servidor e Vereador, eu fiscalizo e frequento as unidades da rede municipal, que não é só uma, são duas, a direta e a indireta conveniada. Pela minha prática e pelas conversas com as professoras da rede conveniada, concluo que há uma precarização total do trabalho desses professores, sem jornada de formação e salários baixos e falta total de condições de trabalho. Portanto, não há uma gestão democrática nos CEIs conveniados. Então, nós temos, sim, Secretário, duas redes: a direta e a indireta.

Outra coisa: falta transparência. Um dos motivos, Secretário, é que nesse processo todo do Colégio Liceu, nós tentamos, através do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, ter acesso ao posicionamento da Procuradoria, mas está restrito até hoje. Nós precisamos acionar o Tribunal de Contas do Município e o Ministério Público para poder ter acesso. A falta de transparência também se dá, Secretário, porque eu tenho tentado, desde 2019, por meio de projetos à Lei Orçamentária, que seja permitida, já que há convênios e parcerias, a possibilidade de fiscalizar, de a sociedade ter essa possibilidade de fiscalizar os CEIs conveniados e as Organizações Sociais conveniadas do município. O projeto propôs valores de aluguel, dados abertos, mas o Prefeito à época, Bruno Covas, vetou. Depois, esta Casa aprovou novamente, mas o Prefeito Ricardo Nunes também vetou.

Há uma dificuldade muito grande de se permitir que a população tenha acesso aos dados dessas unidades conveniadas, que chegam em PDFs fechados, de ponta-cabeça e, portanto, não conseguimos trabalhá-los. É muito difícil um cidadão, uma pessoa comum do povo ter acesso a esses dados e trabalhar com eles, para verificar se o recurso de uma CEI de certa região está sendo mesmo aplicado. Nós temos a população como fiscais, Secretário, e eu desafio qualquer um da Câmara Municipal. O próprio Tribunal de Contas do Município fez um grande

trabalho e já apontou dificuldades na verificação de prestação de contas, de fiscalização. Isso não sou eu quem está falando.

Então, Secretário, nós precisamos avançar, porque, sem transparência, há desvio de recurso público muito grande não só na Educação, mas também na Saúde: mais de 70% do recurso da Saúde já estão nas mãos das Organizações Sociais. Isso é muito grave.

Com todo o respeito, Secretário, mas V.Exa. citou, e é mesmo verdade, que há vários dispositivos legais e constitucionais, todos base para a formação desse programa. Porém, alguns princípios constitucionais, como o artigo 213 da Constituição Federal, estão sendo claramente desrespeitados. Nós vamos discutir, Secretário, a não permissão da transferência de recurso público para a escola privada. Outro dispositivo que está sendo descumprido nesse tipo de CEIs conveniados, e isso gravíssimo, é a gestão democrática da escola pública – garantido pelo artigo 206 da Constituição Federal –, apesar de estar previsto nos Planos Nacional, Estadual e Municipal. Essa é uma discussão que a gente precisa fazer, pois a situação é urgente.

O Secretário citou o caso do litoral Norte, em que o Estado como um todo precisa agir. No nosso caso, foi identificado um problema no qual é preciso agir, e o Prefeito Ricardo Nunes poderia ter feito na Câmara Municipal a discussão de como socorrer uma entidade centenária como a Congregação Salesiana; poderia ter feito o debate do projeto social de assistência social que eles têm, que é maravilhoso, apesar de não ser um projeto de educação com gestão democrática. O Prefeito Ricardo Nunes, Secretário, poderia ter trazido para esta Casa esse debate, que começou em agosto e em dezembro, quando a Câmara Municipal estava em recesso, S.Exa. assinou esse termo de fomento. Não quero dizer que foi má-fé, mas houve o interesse urgente de assinar em dezembro, e esse debate poderia ter sido feito de forma transparente e democrática com a sociedade.

Esses são os apontamentos que a gente precisa amadurecer, e eu gostaria de convidar o Secretário mais vezes para vir debater os milhares de problemas que existem.

Para terminar, Secretário, gostaria de comentar sobre uma questão que virou quase pessoal para mim: o CEU Perus. Já fui várias vezes lá e já acionei todos os meios de fiscalização



para resolver o problema do elevador. Chego a chorar de desespero e de raiva, porque a Prefeitura de São Paulo não conserta o elevador usado pelas crianças com deficiência para ter acesso aos andares superiores. Ao invés de ter mandado consertar, o Prefeito Ricardo Nunes transferiu as crianças para outras escolas, longe das suas casas e, o mais grave, é que há professor e professora com deficiência nessa escola. Não dá para admitir, Secretário, que a cidade de São Paulo tenha um equipamento educacional onde os alunos carreguem um professor para o segundo andar, uma vez que ele não tem condições de subir as escadas sozinho para a sala de aula, onde só há um banheiro para ele usar, onde espera as crianças lhe levarem comida para e onde ele permanece até o período da tarde, quando novamente é carregado pelas escadas para ir embora.

Não é possível. Já são quatro anos dessa situação, Secretário e, por isso, eu faço um apelo a V.Exa. para que resolva essa situação, um exemplo claro de descaso com a educação pública na cidade de São Paulo.

**O SR. FABIO RIVA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Tem a palavra, Vereador Fabio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Sr. Presidente, de forma muito rápida, eu quero agradecer a presença ao Bruno, Secretário Adjunto.

Eu ouvi muito atentamente uma boa parte da audiência pública e é sempre um debate que tem dois lados. Por isso que esta é uma Casa democrática, porque, de forma muito respeitosa, ela entende as metas do Executivo. Apesar de haver o debate sobre a rede ser direta ou indireta, nós estamos falando de 500 crianças, e a primeira ação a se fazer é socorrer aqueles que precisam. Sobre o modelo de ensino, está aí esta discussão e esta audiência pública e, como V.Exa. sabe, a Câmara Municipal sempre dialoga para melhorar as coisas.

Sobre o elevador do CEU Perus, esse é um problema antigo, mas já consta no Plano de Obras, como poderá confirmar o Secretário Adjunto Bruno. Como essa é uma região onde eu atuo bastante, eu engrosso o coro de que os problemas estruturais devem ser resolvidos logo.

Parabenizo todos por esta audiência pública. Um forte abraço.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Antes de passar o vídeo que o Secretário trouxe, eu gostaria de passar a palavra ao Vereador Coronel Salles. Com a palavra, Vereador.

**O SR. CORONEL SALLES** – Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o Líder Fabio Riva e peço desculpas e o meu respeito a todos que estão acompanhando esta audiência desde as 10 da manhã e aos que se manifestaram. Agradeço o Presidente por ter convocado esta reunião e cumprimento o Secretário Adjunto Bruno pela lhanza com que conduziu as explicações e pela forma generosa de V.Exa.; uma característica da pessoa de S.Exa. Permita-me dizer isso.

Temos que entender que todos nós – independentemente se estamos no Legislativo, no Executivo, no Ministério Público, na TV Câmara ou fazendo parte da assessoria –, estamos trabalhando pelo interesse público e pelas pessoas, brasileiros de São Paulo que merecem e requerem atenção. Isso não é optativo para nós, que temos a obrigação de conduzir as nossas ações com respeito e na busca de melhoria da prestação do serviço público.

Eu peço mil desculpas de não continuar acompanhando esta audiência, mas o bloco do qual eu faço parte nesta Casa, PSD/Podemos, tem uma reunião marcada com o Sr. Prefeito às 15h. Porém, não poderia deixar de expressar a alegria com a qual saio daqui por estarmos construindo, com diálogo, atenção e respeito, a São Paulo que tanto sonhamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Obrigado, Vereador Salles.

Neste momento, vamos apresentar o vídeo que o Secretário Adjunto nos trouxe.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY** – Sr. Presidente, por razões de natureza semelhante, eu também vou pedir licença para sair.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Está bem, Vereador Suply. Obrigado.

**A SRA. LUCIENE CAVALCANTE** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu só queria parabenizar o Vereador Suply, nosso Deputado Estadual mais votado, porque esta é a última sessão dele.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Até terça-feira eu ainda estarei por aqui.

**A SRA. LUCIENE CAVALCANTE** – Ah, terça-feira você ainda estará por aqui. Mas, pela Comissão de Educação, nós o agradecemos pelos trabalhos prestados.

(Palmas)

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Parabéns a vocês todos.

**A SRA. LUCIENE CAVALCANTE** – Mas V.Exa. nem cantou.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – É, faltou V.Exa. cantar, como na última reunião da Comissão de Educação. Fica para a próxima. Obrigado, Vereador Suplicy.

Agora, então, vamos passar o vídeo do Secretário.

- Apresentação audiovisual.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Rosana, só fazer um aparte para finalizarmos.

**A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES** – Eu gostaria de marcar uma agenda com o senhor, diretamente com você, não é com os assessores, nada, em nome do Sinesp. Aí, nós vamos poder apresentar várias outras conversas que não foram possíveis aqui. Mas com você, porque a gente não está conseguindo nem com o Secretário, nem com o Padula, nem com você. Então, se for com você, eu gostaria que você pudesse se comprometer.

**O SR. BRUNO LOPES CORREIA** – Está prometido.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Agora a Sheila.

**A SRA. SHEILA MENDES** – A minha pergunta é com relação à formação dos professores, que vocês disseram que está sendo utilizado o currículo da cidade.

O.K. Vocês estão com essa discussão há seis meses. Vocês fizeram uma formação para esses professores com todo o nosso currículo, com tudo o que a gente tem trabalhado... em quanto tempo para atender essas crianças?

**O SR. BRUNO LOPES CORREIA** – Na verdade, a conversa com o Liceu demorou seis meses, mas havia várias possibilidades de modelo de gestão.

A gente não sabia por qual mar a gente iria e se realmente a Prefeitura tinha todos os elementos necessários para constituir a legalidade, publicidade, todos os elementos técnicos para a gente dizer: “Olha, é bom”. Porque nem sempre o bom é possível, né. Eu queria poder resolver o problema do elevador do CEU Perus amanhã, porque realmente é uma situação desconfortável para os trabalhadores, para as famílias e para a Administração e, claro, para o próprio Vereador que também, de um lado... Mais que o Celso, outros também apontam essa questão. Mas há um rito na Administração. Então, esse rito, que eu disse, demorou seis meses.

As formações aconteceram durante o mês de janeiro, antes de as aulas começarem. Então, nós contratamos professores. Evidentemente, a contratação direta foi feita pela instituição, mas a contratação foi em janeiro e a formação aconteceu para o início, para que todos pudessem entender quem é a rede municipal, como que funciona. É muito parecido com os contratados. Há uma formação inicial e depois uma formação contínua. Eles têm todos os horários também de formação pedagógica, a Supervisão acompanha e a Diped também. Então, é um caso único.

Mas, por outro lado, o suporte pedagógico nosso é muito importante. A gente não vai desgrudar nenhum momento deles, dando essa formação adequada para que eles trabalhem corretamente, conforme o currículo da cidade, aprovado aqui, na Lei Municipal, para que se garantam as aprendizagens conforme preconiza o nosso currículo.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi)** – Gente, eu gostaria de agradecer a presença do Tribunal de Contas do Município, representado pelo Dr. Adriano; do Ministério Público, Geduc, representado pelos Drs. João Paulo Faustini e Silva e Bruno Orsini; dos colegas Vereadores; do Deputado Estadual Carlos Giannazi; da Deputada Estadual Luciene Cavalcante; das entidades sindicais representativas dos servidores; da dirigente, a Dra. Marta, da DRE Ipiranga, a coordenação, gestão da DRE. Também gostaria de agradecer muito ao Secretário pela disponibilidade de poder estar conosco. Foram quatro horas de audiência pública. Nós temos muitos problemas. Vamos fazer outras audiências, outros debates com o Secretário. Espero que o Secretário esteja conosco para ouvir esses problemas, que são reais,

para que possamos caminhar para uma educação pública de qualidade, como tem de ser a educação pública da maior cidade da América Latina, que é São Paulo.

Muito obrigado, Secretário. Muito obrigado a todos. (Palmas)

Estão encerrados os nossos trabalhos.

---